



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0005/AM/10, de 29-12-2010

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, João Manuel Vieira Cordeiro, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalunga, Pedro Francisco Pires Brilhante, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Énio Bruno Antunes Mota, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento para o Ano Económico de 2011;

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2011/2014;

Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Revisão - Estrutura e Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Pombal;

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para o Ano Económico de 2011;

Ponto 2.6 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da Estação de Tratamento de Água Potável para todo o Concelho de Pombal e Interligação dos Furos à Estação de Tratamento de Água – Declaração de Interesse Municipal para efeitos de Enquadramento do Regime Jurídico da REN.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.^a Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.^a Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Carlos Lopes e Dr. Adelino Mendes.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretario e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que o membro da Assembleia, Armindo Lopes Carolino, da Bancada do Partido Socialista, havia solicitado suspensão do seu mandato, por carta datada de 22 de Dezembro de 2010, pelo período de 30 dias.

Colocado o pedido de suspensão a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Encontrando-se na sala o membro imediatamente a seguir nas listas do PS, Pedro Miguel Serra Santos, foi o mesmo chamado a ocupar o seu lugar na Bancada.

De seguida informou ter em sua posse uma carta datada de 27 de Dezembro de 2010, em que **Sandra Isabel dos Santos Ferreira**, membro da Bancada do Partido Socialista, solicita suspensão do seu mandato, pelo período de 180 dias.

Colocado o pedido de suspensão a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

De seguida informou que o cidadão, João Pedro Ferreira Gonçalves, cidadão imediatamente a seguir nas listas do PS, informou não poder ocupar o lugar, pelo que foi chamada a cidadã seguinte.

Colocado o pedido de suspensão a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Encontrando-se na sala a cidadã a seguir nas listas do PS, **Elisabete Maria dos Santos Alves**, foi a mesma chamada a ocupar o seu lugar na respectiva Bancada.

O Senhor Presidente da Assembleia deu ainda conhecimento à Assembleia de que a Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas, se fez substituir por Énio Bruno Antunes Mota, de acordo com a legislação e Regimento em vigor.

De seguida, deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências:

Eleitos pela lista do PSD – Gabriela Silva Santos, Sandra da Silva Palhais e Eusébio Gonçalves Domingues, que apresentaram pedido de pediu justificação para as suas faltas.

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação das actas das sessões anteriores.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a aprovação da acta da sessão de Junho, aprovada em Setembro, terá que ser novamente votada em virtude de, na sessão anterior, ter sido votada pelo Senhor Pedro Serra Santos sem que este estivesse devidamente instalado no Órgão.

Nesta altura, o membro **Fernando Carolino** pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Somente para dizer que é com os erros que nós aprendemos. O erro foi lamentável, existiu e está registado, fica para os anais desta Assembleia, com toda a certeza também que nesta Bancada e na Bancada do PSD, bem como na Mesa desta magna Assembleia, registamos que houve o bom senso de poder corrigir essa situação sem mais qualquer demora em colocar a legalidade.

Lamento, somente, todo o tipo de linguagem utilizado por um elemento, nomeadamente, da Vereação, que aproveitando-se de um erro, de uma situação menos bonita que toda esta Assembleia viveu, tenha proferido as palavras que proferiu.”

Colocada a acta da sessão de 30 de Junho a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com quatro abstenções.

Nesta altura, disseram querer fazer declarações de voto, os Senhores:

João Coucelo, que fez a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me por não ter estado presente na sessão.”

Pedro Santos

“Eu também me abstenho porque não estive presente.”

João Coelho, que usou da palavra para fazer a seguinte Declaração de Voto:

“Abstenho-me pelo mesmo motivo, não estive presente e, de alguma forma, fui quase responsável por uma situação que, infelizmente, aconteceu.”

Elisabete Alves, que fez a declaração de voto abaixo:

“Abstenho-me também, porque não estive presente.”

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** solicitou que fosse dispensado da leitura da acta da sessão anterior, tendo alguns membros informado que a acta chegou tardiamente, pelo que não tiveram a oportunidade de a ler.

Tendo em conta que a acta foi distribuída tardiamente, o Senhor Presidente da Assembleia propôs que a votação desta acta pudesse ser aprovada na próxima sessão, a realizar em Fevereiro de 2011.

A proposta foi aceite por unanimidade.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido os boletins da Associação Nacional de Municípios, que estão ao dispor de todos os membros, no Gabinete de Apoio à Assembleia, bem como diversos cartões de boas festas.

Informou ainda, ter recebido um ofício da ASAE acompanhado do Relatório de Inspeção ao Parque Infantil sito na Travessa da Piscina, nesta Cidade.

Também deu nota de uma carta remetida pela Liga dos Amigos do Hospital dos Covões, sobre a Fusão dos Hospitais de Coimbra no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Referiu ter ainda em sua posse a decisão final sobre o procedimento disciplinar instaurado ao funcionário do Município, Victor Manuel da Conceição Leitão, acrescentando que os documentos ficam acessíveis a quem as quiser consultar

Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para uso da palavra, tendo-se inscrito: **João Coucelo**, que fez a seguinte intervenção:

“Esta é a última reunião da Assembleia Municipal no ano de 2010 e eu queria começar por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara os seus votos de boas festas.

Dirigir a todo o Executivo e aos meus colegas, membros da Assembleia Municipal, os melhores votos de um bom ano de 2011, com tudo o que possam desejar para vós e para as vossas famílias.

Naturalmente, estamos a atravessar uma época difícil no nosso País.

A Europa vive momentos difíceis, em termos económicos e financeiros, em termos de emprego, e naturalmente, tem que haver uma palavra para o povo deste País, para todos aqueles que estão desempregados e perderam a esperança, para as situações catastróficas que se vivem por esse País fora.

Nesta altura do ano, temos sempre renovadas mensagens de esperança e, mesmo que a realidade não seja tão bonita como a que nós podemos idealizar ou desejar, não podemos perder a esperança.

Todos nós temos que contribuir para que este País dê um salto em frente, não podemos deixar apenas a quem nos governa, essa tarefa. Todos nós, com a nossa actividade cívica e com a nossa participação diária nas diferentes empresas e em todas as áreas de produção, essencialmente estas a nível autárquico, somos responsáveis por promover a esperança num futuro melhor.

Naturalmente que há novidades por aí e eu, como sempre fiz relativamente a algumas matérias, nomeadamente, as da Saúde, que são aquelas que me dizem mais directamente respeito, até pela minha actividade profissional, penso que não foi em vão que, durante estes últimos anos, tantas vezes foram trazidas aqui, à Assembleia Municipal, as questões da saúde.

Isso significa que, de alguma forma as pessoas se começam a preocupar-se para além daquilo que são as questões mais básicas da nossa vida em colectividade, como o saneamento, a água, a construção, os parques, a área educativa e cultural, a Saúde começa a tomar uma relevância determinante para as nossas populações, uma vez que é um dos indicadores do desenvolvimento económico são precisamente os parâmetros que são avaliados anualmente a nível da Organização Mundial da Saúde.

Pombal foi recentemente presenteado com uma notícia, para muitos inesperada, para outros presumida, de que o nosso Hospital Distrital iria ser integrado no Centro Hospitalar de Santo André, chamaram-lhe Centro Hospitalar Leiria/Pombal.

Para nós, profissionais, penso que esta medida, no seu princípio básico é perfeitamente correcta, em termos futuros, corresponde, de alguma forma, a outras iniciativas que têm sido criadas no nosso País relativamente à criação de Centros Hospitalares, aliás, como ouvimos da carta enviada do Centro Hospitalar de Coimbra.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Esta notícia foi recebida, por parte dos profissionais, com algum agrado, isto porque começámos a ver alguma luz ao fundo do túnel, relativamente à indefinição, à falta de objectivos, ao ambiente interno de crispação, a uma gestão desastrada, nos últimos três anos e meio.

Todos sabem, foi falado, inclusive, na Comunicação Social, da saída de profissionais, contestação de profissionais, levando a um défice financeiro inaudito que espartilha toda e qualquer capacidade de desenvolvimento do Hospital de Pombal, actualmente.

É a sobre isto que temos que pedir responsabilidades. Temos que pedir responsabilidades a quem nomeou quem gere os destinos do Hospital. É preciso não esquecer que quem gere dinheiros públicos é responsável por estar a prejudicar todos os contribuintes, que somos nós.

Gostaria de dizer que nós não fomos integrados no Centro Hospitalar Leiria/Pombal pelas melhores razões, mas pelas piores. Perda de autonomia, perda de auto-estima, perda de capacidade de desenvolvimento, ausência total de projectos, três anos e meio sem investimentos, enfim, tudo aquilo que soubemos e que transpareceu para a opinião pública e que, naturalmente, não augurava nada de bom para o Hospital de Pombal, em termos de desenvolvimento futuro.

Chegámos a uma situação em que temos alguma esperança de que as coisas mudem.

Vou fazer um reparo político e tenha pena que não esteja aqui o Dr. Adelino Mendes, porque as declarações que fez para o jornal, foi prometer o que vai ser aquilo que ainda ninguém sabe o que vai ser. Ninguém sabe o que vai ser o Centro Hospitalar Leiria/Pombal, ninguém sabe o que é que vai acontecer, ninguém sabe se vão ser mantidas valências, porque não foi nomeado ainda o novo Conselho de Administração, foi uma decisão política não sustentada em qualquer discussão prévia.

É bom que os políticos, nomeadamente, as comissões Políticas Concelhias ou Distritais, não tentem balizar as decisões de quem vai ter que decidir. Isso é mau.

É preciso falar destas questões para dizer de uma vez por todas que a ansiedade de dizer: “isto é obra nossa”, é verdade, mas por detrás disto há muito de podre.

De qualquer das formas eu saúdo-a, aplaudo-a e concordamos todos com o princípio. Neste momento há uma esperança que as coisas possam mudar para melhor. Naturalmente que este é um motivo para que as pessoas fiquem com a esperança de que a Saúde tome novos rumos tome novos rumos, em Pombal.

Queria também dizer que a democracia faz-se com toda a gente, não e faz só com os Partidos, e é tanto mais forte quanto mais sólidas forem as opiniões das pessoas e a informação correcta da nossa vida comunitária.

Faço um apelo para que discutamos estes assuntos aqui, na Comunicação Social, procurando chegar ao âmago das coisas e não ficarmos pela rama, muitas vezes, da apresentação bombástica das ideias, dos projectos, que muitas vezes não são verdades.

Saúdo, naturalmente, o aparecimento de uma estrutura política, em Pombal, o CDS/PP. É um Partido que faz falta à democracia, é um Partido que em Pombal estava sem actividade organizada. Saúdo o seu aparecimento e espero que contribua para uma discussão acesa e sensata dos problemas da nossa terra e do País.

Faço votos que o caminho, daqui para a frente, seja um pouco diferente daquilo com que iniciou a sua apresentação aos pombalenses, em jeito de blogue, um pouco foguetório, bombástico, e, sobretudo, a rotular a vereação de “demasiado jovens” como se o futuro pertencesse aos Velhos do Restelo. O futuro pertence aos jovens, é para eles que nós temos que trabalhar, para os



MUNICÍPIO DE POMBAL

jovens do nosso País que, infelizmente, têm o futuro hipotecado, se não invertermos o rumo deste País.”

Pedro Santos, que fez a intervenção abaixo:

“No passado dia 30 de Março, em reunião do Executivo, a Câmara Municipal deliberou iniciar um novo processo de Revisão do Plano Director Municipal, 11 anos após ter adjudicado a Revisão do Plano Director Municipal à Empresa PROGITAP, à qual foi denunciado o contrato por incompetência da referida Empresa.

Nesta mesma reunião foi aprovado um cronograma de trabalhos, a Comissão Técnica de Acompanhamento e a Comissão de Acompanhamento que reúnem cerca de duas dezenas de entidades, prevendo-se que a Revisão esteja concluída em Setembro de 2012.

Os atrasos sucessivos na Revisão que é essencial para o ordenamento e planeamento do Concelho, tem provocado diversos prejuízos aos cidadãos e aos agentes económicos.

Qual é o ponto de situação dos trabalhos?

O cronograma está a ser escrupulosamente cumprido? Os seguintes trabalhos já estão concluídos?

Estudos de caracterização

Reuniões plenárias de Comissão de Acompanhamento

Definição de objectivos e estratégia de desenvolvimento

Delimitação da Derrama.

Os pombalenses estão ansiosos pela Revisão do PDM.

Pretende-se aqui apenas uma única resposta. Sim ou não está a cumprir-se o cronograma. Se sim, óptimo, se não, estamos preocupados.”

Jorge Cordeiro, cuja intervenção se segue:

“A minha intervenção prende-se com a cultura local e, sobretudo, com a ocorrência, em Pombal, de alguns eventos culturais, nos últimos tempos, no domínio da música e do cinema, o que nos remete para algo que nos deve orgulhar, que é o facto de haver, em Pombal, pessoas, instituições, que lutam diariamente para que a cultura seja uma realidade.

Quando assistimos, e não queria aqui discriminar positivamente ninguém, mas refiro-me em concreto ao ciclo de cinema mudo, ao concerto de aniversário do Grupo Coral Marquês de Pombal e ao concerto da Filarmónica Pombalense com o Rão Kiao.

Assistimos a concertos que do ponto de vista musical, é motivo de orgulho para todos nós, quando são feitos com a prata da casa.

Tomando essas instituições como exemplo, não queria deixar passar esta última Assembleia sem homenagear todos aqueles que, por esse Concelho fora, elevam a cultura a seu esplendor mais alto, com as dificuldades inerentes.

Quando falamos das gerações actuais e das gerações vindouras, falamos também do Conservatória pelo qual a Filarmónica Pombalense é responsável e que em a seu cargo, penso, 54 alunos.

Como foi dito, se a cultura não tem sido, a nível Nacional, uma área muito bem tratada, a verdade é que deve haver um esforço, e esse esforço existe da parte da Câmara, para que possamos suprir as falhas que existem na cultura a nível Nacional.

Este é um desafio que eu não deixo de assinalar e de reiterar para s próximos tempos.

Agradecer os votos de boas festas recebidos e desejar a todos que a felicidade e o espírito do verdadeiro Natal se possam estender por todos vós a cada dia e a cada instante de 2011.”

José Neves, que usou da palavra para dizer o seguinte:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Há cerca de um ano, eu declarei, nesta Assembleia, que aqui estou unicamente pelo interesse da minha Freguesia e da sua população que para tal me elegeu, no entanto, o melhor que busco para a minha terra não pode, nem deve, colidir com o direito das outras à sua quota parte na divisão do bolo que são s recursos municipais.

Assim funciona a liberdade em democracia, termina onde começa a dos outros, no respeito pelos seus direitos, na sã convivência e tolerância mútua.

Com muita frequência temos passado o tempo destas sessões a ouvir discursos de política nacional e partidária, sobre opções do Governo, sobre os responsáveis nacionais da crise, os que o são, os que já foram, esquecendo os problemas reais do Concelho de Pombal.

Jurava que se trata de comentadores de política nacional ou até, pela tendência partidária, que estamos na Assembleia da República, acontece que nosso Concelho vasto e populoso pelas suas largas centenas de aldeias, não vai assim tão bem quanto isso, não há igualdade em todas.

Não tenho nada contra as outras Juntas de Freguesia que têm visto o seu poder reivindicativo ser mais atendido do que outras, o que não acho justo é que as Freguesias que têm sido contempladas com altos investimentos per capita, isto é, por habitante, continuarem a usufruir de mais projectos e mais números para os próximos anos.

Há alguns apontamentos que pretendo omitir para não ferir susceptibilidades, mas na lógica de deixar expressa esta ideia de que a nossa Freguesia não tem usufruído de modo uniforme do investimento do nosso Concelho.

Em Pombal, Cidade, têm-se realizado à custa de muitos milhões, algumas obras de utilidade duvidosa, veja-se as igrejas que são restauradas, até com aquecimento, a requalificação da zona histórica em que os investimentos são mais avultados e mais frequentes do que na zona rural do Concelho.

O Louriçal precisa de saneamento, passeios, requalificação de património e espaços públicos, construção do Centro Escolar e do Centro Cultural, além de outros. Não vi estes projectos inscritos mas tenho esperança que venham a ser concretizados. Sugiro que na elaboração futura dos documentos previsionais as Juntas tenham uma palavra a dizer.

Constata-se alguma falta de agilidade e de resposta célere dos serviços municipais, sobretudo quando se conta com o apoio do Departamento e Serviços Técnicos que deviam colaborar connosco e não travar os trabalhos. Refiro-me a projectos de obras que não avançam, como Mercado do Peixe e outras, e até mesmo terrenos que custaram a negociar para alargamentos e os técnicos não passam a fim de elaborar um projecto que sabe Deus quando virá.

Contrariamente ao Município que viu subir de forma muito significativa o montante do Orçamento para 2011, mercê de um grande lote de candidaturas que esperamos venham a ser, na maioria, úteis para o Concelho, a minha Freguesia vê-se com um Orçamento muito reduzido, no entanto, como se deve fazer em tempo de crise, pouparemos e rentabilizaremos os recursos.

Contamos com a Câmara Municipal, somos todos parceiros num único objectivo que é o Serviço Público. Só temos que trabalhar todos em equipa, cada qual no seu espaço e na sua função.

Como referi no início, a minha luta não é político-partidária, mas tão somente pelo desenvolvimento da minha terra. Se nessa luta podermos estar a duas vezes ou a quatro, tanto melhor.

Assim sendo, declaro desde já o meu sentido de voto para os documentos propostos na ordem do sai e que vai no sentido da abstenção, porque embora não concordando com o seu conteúdo, e tenho o mesmo espírito de cooperação e de esperança em tempos melhores que nos permitam soluções de muitas carências.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Que a qualidade de vida proporcionada por estas Entidades Públicas não se fique apenas pela Cidade de Pombal mas que se estenda a todas as Freguesias de forma justa e equitativa.”

Andreia Marques, cuja intervenção se transcreve:

“É com bastante agrado que faço hoje a primeira intervenção nesta Assembleia. Faço-a para expressar a minha satisfação em ver contemplada nas Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2011/2014, uma verba de € 580.000,00 destinada a obras de ampliação e beneficiação da ETAP.

É do conhecimento de todos que o 12.º Ano é actualmente, e muito bem, o nível de escolaridade mínima obrigatória em Portugal e é assumido por todos que Portugal é dos Países da União Europeia em que o abandono escolar é maior. Este facto deve-se não só à questão de mentalidades mas também à falta de condições económicas que motivam a procura precoce de emprego, pela parte de muitos jovens.(50:05)

Assim é cada vez mais importante apostar-se numa profissão o mais cedo possível, é aí que as escolas profissionais vêem a janela de oportunidade de crescimento. Estas devem disponibilizar aos jovens saídas profissionais que se enquadrem nas áreas geográficas onde estão inseridas e que sejam capazes de dar resposta aos vários pedidos que vão havendo por parte das empresas que procuram quadros jovens formados nessas escolas.

Sendo a ETAP a primeira Escola Profissional do País, faz todo o sentido tentar mantê-la e revitalizá-la o mais possível.

Este investimento deve ser visto como uma aposta numa alternativa, e digo alternativa porque, durante vários anos, Pombal e os pombalenses sonharam com um pólo de ensino universitário para a Cidade.

Pergunto eu, não será preferível ter uma Escola Profissional de Excelência a um pólo Universitário que facilmente passaria despercebido?

Senhor Presidente, consideramos que é fundamental investir-se na renovação e melhoria das infraestruturas daquela Escola, dotando-a de condições físicas capazes de atrair os jovens, aumentando assim, exponencialmente, o número de alunos.

Alertamos ainda para a cada vez maior necessidade de estabelecer e reforçar parcerias com diferentes empresas nacionais e internacionais, que permitam aos jovens evoluir em contexto real do trabalho, possibilitando-lhes o contacto com realidades diferentes daquelas que vivem n seu dia a dia escolar, podendo assim desenvolver outras competências.

Finalmente, e não menos importante, é a necessidade de criar condições de alojamento para os jovens que se deslocam à nossa Cidade a fim de estudar naquela Escola, é que na nossa opinião este investimento deve ser visto não só numa perspectiva educativa, mas também na perspectiva de que demos, num futuro muito próximo, usufruir de quadros jovens especializados que se fixem na nossa Cidade, contribuindo assim para o seu crescimento e desenvolvimento.

Termino agradecendo e retribuindo os votos de Boas Festas.”

Victor Gomes, cuja intervenção se segue:

“Eu como sou teimoso, se tivesse pedigree chamar-me-iam determinado, mas com não tenho sou mesmo teimoso, vou voltar à Assembleia anterior, porque não foram dadas as respostas que eu solicitei sobre o urbanismo.

Sobre a sinalização, não responderam; sobre ordenamento do trânsito, nada responderam; sobre indicações para vários destinos na Cidade e de acessos à Cidade, nada responderam; sobre as entradas e saídas de várias artérias da Cidade, também nada me responderam; sobre a ocupação dos passeios públicos, por parte de alguns comerciantes, nada me responderam.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Gostaria de saber, também, quanto é que as esplanadas colocadas em passeios públicos pagam ao Município.

A única coisa a que me responderam foi acerca daquele mamarracho que está colocado em frente à farmácia Torres, ao que sabemos, foi aqui dito, ilegalmente. Isto seria cómico se não fosse trágico. Um sujeito qualquer desta Cidade coloca um mamarracho em cima do passeio, não há fiscalização, não há contra-ordenação, não há nada. Posteriormente à construção da obra, pede licença à Câmara e é-lhe recusada, mas mesmo sendo recusada a obra continua lá.

Então qual é a penalização para outros cidadãos que pratiquem as mesmas contravenções? Nenhuma? Eu gostava de saber qual a atitude da Câmara em relação a isto, e gostaria que respondessem não só a mim, mas à Assembleia e a toda a população de Pombal, porque isto incomoda toda a gente.

Gostava de dizer outra coisa, não sei se para todos está bem mas para mim não está. Nós fazemos a nossa intervenção. Na intervenção final, o Senhor Presidente da Câmara responde ao que quer e bem lhe apetece, a outras não responde e, quando o faz, fá-lo evasivamente, e não responde a nada do que perguntámos. Há-de haver aqui qualquer coisa, nesta Assembleia, que tem que ser revisto, porque eu considero que não esteja a funcionar bem.

O outro assunto que eu gostaria de trazer aqui, prende-se com uma intervenção que foi aqui feita por parte de um Deputado da Bancada do PSD, se não me engano, Pedro Brilhante, sobre a implementação do Parque Verde na Mata da Rola.

Já me chegou aos ouvidos que este Parque já não vai ser feito. Gostaria de saber em que situação é que fica a construção de um Parque Verde para a Cidade e em que local é que se está a pensar fazer isso?

A Mata da Rola pode servir para alguns fins, não servirá para outros, também não tem água. As pessoas desfrutam dos Parques Verdes no Verão e precisam de água portanto, os Parques Verdes sem água, não funcionam.”

Eliana Varalonga, que usou da palavra como se segue:

“Pegando na deixa do Dr. João Coucelo, onde afirmou que o futuro pertence aos jovens, venho falar dos jovens e do seu futuro.

O Decreto-Lei 65/2010, aplica à Administração Pública Local, o regime previsto no Decreto-Lei 18/2010 que institui o Programa de Estágios Profissionais da Administração Pública com o objectivo de promover a integração de jovens licenciados, até aos 35 anos, no mercado de trabalho, proporcionando-lhes o exercício de funções adequadas às suas qualificações, correspondentes à carreira técnica superior.

Para a próxima edição do PEPAL - Programa de Estágios Profissionais da Administração Local, foi fixado em 2000 o número máximo de estagiários a recrutar, mas foram apenas abertas 1330 vagas para as diversas estruturas municipais.

Neste sentido, e considerando as necessidades sentidas no Município, foram aprovadas 15 candidaturas no Concelho de Pombal, distribuídas pelas áreas de Administração Pública, Arquitectura, Artes Plásticas e Multimédia, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia do Ambiente, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Estudos Artísticos, Gestão e Administração Pública, Línguas e Estudos Editoriais, Psicologia, Segurança e Higiene no Trabalho.

Analisando as restantes ofertas dos Municípios do País, releva o facto de Pombal ser um dos que mais oportunidades oferece aos jovens licenciados, proporcionando-lhes uma experiência



MUNICÍPIO DE POMBAL

profissional qualificada e em real contexto de trabalho, na medida em que é um dos Concelhos com mais candidaturas aprovadas.

Dentro do nosso Distrito, só Óbidos vai empregar mais jovens ao abrigo deste Programa, tendo aprovadas 16 candidaturas.

De notar também a fraca oferta do Concelho de Lisboa com apenas uma vaga para a área de Serviço Social.

É pois notório e de louvar o investimento do Concelho na juventude, bem como a confiança nas suas capacidades técnicas e profissionais numa época em que os níveis de desemprego dos licenciados atinge números históricos.

Somos, de facto, um exemplo a seguir, mas espero, sinceramente, que a distinção aqui evidenciada seja extensível a outras medidas em prol da juventude, nomeadamente, e deixo aqui o desafio, através da criação de um programa de estágios inovador a nível europeu, em que os jovens possam ter acesso ao mercado de trabalho Europeu, com o sentido de adquirir conhecimentos que sejam, posteriormente, desenvolvidos no nosso Município.

Obrigada e Boas Festas.”

Fernando Carolino, que fez a intervenção abaixo: **(59:00)**

Ninguém gosta de tempos adversos. E os tempos que vivemos para além de adversos são muito contraditórios, pelas palavras que se ouvem e pelas acções que se desenvolvem ou pretendem desenvolver quer localmente quer a nível nacional.

Ninguém gosta de ter menos dinheiro no bolso, menos recursos nas empresas, de se sentir inseguro no seu local de trabalho, e muito menos de enfrentar situações de desemprego e pobreza. É uma realidade com que nos deparamos e não se vislumbra nos tempos mais próximos que possa existir melhoras, embora eu sinta nos discursos de ocasião que há vontade para tal ser invertido.

Mas são os desafios para 2011 que nos obrigam a rever a nossa vida, a distinguir o trigo do joio, e a tomar consciência daquilo que é realmente importante para as famílias deste concelho e para o tecido empresarial e comercial do mesmo. São também os obstáculos e as dificuldades que nos fazem acordar os nossos neurónios adormecidos, activar as zonas adormecidas do nosso cérebro, mergulhar nas nossas experiencias, memórias e aprendizagens passadas, para encontrar soluções que tardam a surgir neste momento difícil e quiçá único na maioria das nossas vidas.

Longe vão os tempos em que se acreditava que burros velhos não aprendiam línguas, e que as pessoas, e os concelhos com elas, estavam destinados a repetir os mesmos erros, e a entrar num processo de decadência e envelhecimento.

Posso neste momento afirmar e constatar que tal está a acontecer com o nosso concelho e não me venham dizer que é só por existir uma crise nacional criada ou não debelada pelo Governo da Nação.

Há também uma crise local, aqui mesmo no concelho de Pombal e, se em números estatísticos até aparecemos, como concelho, com bons rácios ou pelo menos comparados com outros, não tão maus, a realidade é que cada vez menos se investe em massa cinzenta neste concelho.

A massa crítica pensante e dialogante pombalense opta na sua maioria em fazer vida e em colocar a sua capacidade em prol de outros concelhos vizinhos ou não.

Temos o mau habito de considerar que depois da vitória em Dezembro de 93, do actual presidente de Câmara, foi o momento alto do partido instalado nesta gestão autárquica, e que



MUNICÍPIO DE POMBAL

desde aí se fez tudo e mais alguma coisa que se visse, desvalorizando, às vezes com inveja mesquinha, os outros talentos, os outros feitos, realizados por outros pombalenses.

Mas em verdade e sem qualquer pejo nem ponta de saudosismo o que de lá até hoje foi conseguido e desenvolvido, também se deve e muito à ambição e ousadia de quem também por esta casa passou. No seu governo ou mesmo na oposição a esse.

O ano de 2010 foi um ano farto, useiro e vezeiro em actos políticos, sociais, desportivos e culturais. Se dos bons ninguém ou praticamente ninguém já se recorda, dos menos bons esses ficam cravados a ferro e fogo nos anais deste concelho.

Foi, são, as constantes e sistemáticas negativas às propostas socialistas em sede de vereação por parte da maioria, semana após semana, foi, é a discussão viva, acesa e nada fácil nas Assembleias Municipais.

Foi o desfalque, furto, de património fiduciário do erário público por parte de um funcionário desta casa devido à oportunidade criada por falta de controlo efectivo e de dever de cuidado que agora, depois de casa roubada (literalmente), trancas na porta. Mas ficamos sem explicações e sem saber quais as medidas tomadas e adoptadas para a reorganização dos serviços, o que é feito hoje que não se fazia à data do desfalque e que medidas tomou a autarquia sabendo que a instituição bancária em apreço, no caso, declinou a responsabilidade no acto ocorrido, bem como, quais os procedimentos dos directores de serviço para o controlo dos movimentos bancários. Coisa pouca, confrontado com a conclusão do processo disciplinar e inevitável despedimento compulsivo do funcionário em causa.

Adiante, foram ainda os subsídios à mais e obras a menos, por exemplo o saneamento em falta e reclamado nas freguesias do Carriço (esta ainda à espera do primeiro metro do dito), Almagreira, Pelariga, Pombal e foi ainda o constatar que os tempos dão razão a quem critica ou criticou obras executadas ou a executar, apresentando soluções e outras perspectivas de desenvolvimento – como foi o caso do Parque de Estacionamento da Praça Marques de Pombal -, a de não construir um parque verde em Pombal, (considerado tratar-se de um «... projecto de interesse estratégico e fundamental para a cidade para todo o concelho...»), segundo uma exigência apresentada pelo membro desta Assembleia, Pedro Brillhante – líder da JSD Pombal, secundando assim uma crítica do PS Pombal já em anterior legislatura).

Foi, é também o ver passar a oportunidade de uma vez mais levar este concelho à sede do poder e à decisão deste distrito, quando orgulhosamente sós, nos mantemos em projectos únicos e locais que por teimosia e obstinação se devem levar até ao fim com custos elevados que para o momento que vivemos se afiguram de hipocrisia política pura.

Acusamos os outros, o Governo e José Sócrates, de o fazer com os projectos dos TGV's, aeroporto de Alcochete, com as obras públicas várias e depois o que fazemos por cá?

O mesmo com obras de menor monta e impacto mas da mesma índole. O Centro Comercial no Casarelo, o Parque de Estacionamento no Largo S. Sebastião, a estrada Atlântica no Oeste (e aqui recordei palavras de um ilustre membro desta assembleia entretanto retirado destas lides) e a recuperação da Encosta do Castelo na cidade...

Valha-nos que nem tudo foi menos bom há também melhorias e essas por conta do município, contando com a ajuda do Governo, e falo por exemplo, do investimento nos centros escolares, no investimento efectuado na melhoria da rede rodoviária que atravessa o concelho, do Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó, do novo quartel da 5ª Companhia – Oeste dos Bombeiros Voluntários de Pombal, do sistema de teleassistência domiciliária entretanto implementado, das varias mostras de Artesanato e Gastronomia realizadas no concelho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Contudo, «... quem tem responsabilidade tem a obrigação de contar a verdade, com transparência, e não dissimular a situação económica real em que o nosso país se encontra, tem de dizer o que se gastou, porque se gastou, quanto é que se vai ainda gastar e quanto é que vai custar aos portugueses esta crise...», quem o afirmou foi o nosso edil, agora só falta aplicar tal desiderato no concelho que governa...

Chega de andarmos de costas voltadas para a realidade do presente, de que tudo o que vem de fora do nosso âmbito é péssimo, incoerente, impraticável, aproveitamento político, enfim a adjectivação que se pode e deve ter em leitura na ordem do dia das propostas dos socialistas pombalenses. O PS de Pombal também representa pombalenses que merecem da parte da maioria uma consideração tal qual aquela que tem por aqueles que os elegeram.

Não podemos neste tempo de crise eleger como ex-líbris da política quem não é por nós é contra nós. É tempo, mais uma vez recorde, de olhar o futuro com muita frontalidade, determinação, vontade seria e justa de combater as dificuldades que se avizinham, muitas delas, e as actuais que já se sentem no dia-a-dia de cada pombalense, de cada português.

Por tudo isto, 2011 será um ano em que temos de usar toda a massa cinzenta, todo o nosso potencial, ao serviço deste concelho, ao serviço de Pombal mais autónomo, mais criativo, mais equilibrado e menos deslumbrado – somos, com orgulho, velhos de mais para fazermos de novos-ricos! E para tal o que se ambiciona entre os pombalenses é que quem nos governa localmente seja pragmático, rigoroso, objectivo e acima de tudo um líder que aponte soluções, seja parte dessa mesma solução e não um entrave ao desenvolvimento intelectual, critico que ouse suscitar e questionar as decisões tomadas.

Ponto de partida para um ano que embora difícil, pode ser de viragem. Deixo à consideração de quem de direito.

Bom Ano Novo é o desejo particular para todos os pombalenses em particular e aos portugueses em geral.”

Américo Ferreira, que usou da palavra como se transcreve:

“A minha intervenção é relativa à última Assembleia Municipal.

Todos sabem que sou um homem com 73 anos e acompanho esta Assembleia há 31 anos.

Em todos estes anos nunca houve uma Assembleia com tão pouco respeito pela Assembleia da parte do Partido Socialista.

É de lamentar uma coisa destas. Tenho pena de estar aqui o Dr. Carolino, que esteve ali sentado na mesa como Presidente da Câmara e eu aqui deste lado, e nunca vi uma Assembleia com tão pouco respeito. Temos que nos respeitar uns aos outros porque o respeito está acima de tudo.

Foi uma falta de respeito o que se passou nesta Assembleia porque o Presidente da Assembleia foi achincalhado e não sei porquê.

Termino a minha intervenção desejando um bom ano a todos e que isto não volte a acontecer para não darmos maus exemplos aos pombalenses.”

João Coelho, cuja intervenção se transcreve:

“Começo, dentro desta quadra festiva, por me associar às palavras que acabámos de ouvir, desejando que daqui para a frente, situações como as que ocorreram na última Assembleia, e de que só tomei conhecimento pelo que foi relatado pela Comunicação Social, não se repitam.

Sempre foi meu desejo, tal como do Senhor Presidente costuma dizer, que estes trabalhos fossem proficuos a favor dos pombalenses e não conseguimos, talvez, todas as condições para que isso acontecesse.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Se alguma crítica foi feita ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, penso que foi no sentido de melhorar o funcionamento da Assembleia e não de o atacar pessoalmente, aí sim seria falta de respeito, mas penso que não foi o caso.

Há temas que nos trazem aqui, a favor de Pombal.

Queria apenas pegar nas palavras que ouvi da Bancada do PSD, para dizer que, não sei se por coincidência se por esta altura de comunhão, aquilo que vem da Bancada do PSD vai de encontro àquilo que sempre foram os anseios do Partido Socialista.

Em primeiro lugar, o Dr. João Coucelo referiu a fusão do nosso Hospital no agora Centro Hospitalar Leiria/Pombal. Ainda bem que temos uma solução à vista. Ainda bem que conseguimos ultrapassar uma situação que era quase uma situação de guerrilha, naturalmente não falo como especialista mas como pombalense atento e dos relatos que fomos tendo do exterior, aquilo que se vivia dentro do Hospital Distrital de Pombal não era uma situação de relação profissional normal. Penso que não estarei a faltar à verdade com a realidade dos factos.

Normalmente, eu sou uma pessoa pouco experiente, não tenho muitos trabalhadores por minha conta mas tenho alguns, também tenho essa responsabilidade, e nos poucos anos que a vida profissional me deu até hoje, quando as relações profissionais se azedam a esse ponto, normalmente, a responsabilidade é de ambas as partes. Existirão excepções, não sei se terá sido o caso.

De qualquer modo, agradeço as palavras do Dr. João Coucelo sobre a decisão agora tomada, esperando que o clima que foi vivido durante 3 anos e meio, nomeadamente por parte da Administradora do Hospital Distrital de Pombal, de guerrilha interna e, talvez, de má colaboração de alguns dos profissionais, não se perpetue, e que esta seja uma altura de viragem também na colaboração por parte de alguns profissionais, com um projecto novo que desejamos seja a favor dos pombalenses. Ainda bem que temos em mãos uma boa decisão. É de saudar.

Em relação à intervenção feita sobre a ETAP, também eu estou muito mais aliviado. Nesta Assembleia Municipal, nem eu me lembro das vezes que fui criticado.

Lembro-me da altura em que após a aprovação de contas da ETAP nós alertámos para a sua situação financeira calamitosa porque poria em causa os postos de trabalho e viraram-se contra nós. Na altura “caiu o Carmo e a Trindade”, por parte da Vereação - [lá vem o Partido Socialista com o abuso do dramatismo na Assembleia Municipal.]

Em boa hora o Partido Socialista falou, pelos vistos, o investimento era necessário porque hoje é louvado pela Bancada do Partido Social Democrata.

Também quero registar com agrado a intervenção da Deputada Eliana Varalonga.

É de louvar que a Câmara Municipal tenha abraçado este Programa de Estágios para jovens licenciados. Em boa hora o Partido Socialista falou precisamente neste tema e apresentou uma proposta de combate à crise e desemprego e que foi rotulada de louca por parte dos Vereadores do PS, e agora, passado este tempo talvez com o passar do tempo e o esquecimento da opinião pública, abraça a proposta, ainda bem.

Ainda bem que temos em Pombal uma Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal e um conjunto de Vereadores que fazem propostas recorrentes na Vereação e, portanto, temos aqui a prova, hoje, que não estamos assim tão afastados, trabalhamos, ao fim e ao cabo, para os pombalenses.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Presidente a Câmara**, que respondeu às interpelações como se segue:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Permitam-me que deixe aqui, uma vez que estamos numa quadra festiva, uma saudação a todos vós, mas também uma palavra de agradecimento e de regozijo por estarmos aqui a discutir a problemática do desenvolvimento sustentado do nosso Concelho.

A política democrática alicerça-se em sabedoria, em experiência, em competência, mas também na verdade e na razão.

Em relação ao Sr. Dr. Pedro Santos, quero dizer que o PDM está a ser ultimado por uma equipa da Câmara, porque quando foi adjudicado teve que ser pelo menor preço, mas os técnicos eram muito fundamentalistas, não aceitavam sugestões que os nossos técnicos lhes recomendavam, de acordo com o conhecimento que têm das 17 freguesias, que vão do mar à serra, com características próprias e que os Senhores Presidentes de Junta devem acompanhar até à conclusão, não ignorando lugares centenários que aparecem como reserva ecológica, rede natura, onde não se pode construir nem fazer nada.

Vamos ver se o PDM é competente desta vez porque os primeiros foram copiados uns dos outros, o primeiro levou 4 anos, este já vai em 10 anos e gostaria que não chegasse ao 12.º ano sem estar devidamente concluído.

Relativamente à intervenção do Presidente de Junta, José Neves, cada Freguesia é uma Freguesia, não podemos comparar a sua Freguesia do Louriçal com a de Pombal, em relação ao desenvolvimento que as duas Freguesias têm vindo a ter.

A gestão deste Executivo é feita por objectivos estratégicos para o desenvolvimento integrado do Concelho e se os Senhores Presidentes de Junta visitassem as outras Freguesias, talvez não ficassem com a ideia de que a sua é prejudicada em relação a outras.

A Freguesia do Louriçal foi a primeira a ter requalificação urbana, foi a primeira a ter uma casa mortuária onde se gastaram mais de 150 mil euros, teve obras no convento, por nossa iniciativa e pagas pela Câmara, foi a capela recuperada, comprámos mais terreno para ampliar o Parque Industrial, comprámos o edifício da EPAC, o saneamento está em força, fizemos 75 quilómetros de asfalto, as Associações têm sido todas apoiadas e eu pergunto o porquê desta interpelação, quando a freguesia de Pombal é maior que nove Concelhos do Distrito de Leiria e tem 25.000 habitantes, não se podem fazer comparações.

Em relação ao Senhor Deputado Victor Gomes, a sinalização é feita e está interligada às obras de regeneração urbana, está em andamento o seu melhoramento para que oriente todas as pessoas que se queiram dirigir à nossa Cidade.

Relativamente ao acesso à farmácia, como informei na última reunião, foi deliberada a intenção de indeferimento que foi notificada ao proprietário e temos que aguardar que os prazos sejam cumpridos. Ainda não houve motivo para lá irmos demolir aquilo, o processo está no Gabinete Jurídico para analisar e ver o que se pode fazer.

Parque Verde da Mata da Rola, está tudo inventariado, já comecei a contactar com alguns dos seus proprietários, se não houver lá água pode-se lá colocar e aquele mato vai ser devidamente ordenado, com a estrada que está a ser projecta dos Vicentes até ao Monumento dos Bombeiros, na Avenida Heróis do Ultramar.

Em relação ao Dr. Fernando Carolino, quero dizer-lhe, o Senhor é empregado bancário, está a trabalhar num banco que já se fundiu com outros, e eu não me esqueço que no início do meu primeiro mandato fiz um empréstimo, por concurso público, para pagar o que havia no Banco Totta & Açores, com juros muito mais altos do que aqueles que pagávamos por concurso público.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Aprendi na minha vida que os preços devem ser bem negociados com competência, com honestidade e com estratégia e isso é que nos fez chegar ao dia de hoje com a situação económica e o património que temos, actualmente.

O que me custa e que lamento, é que tenho aqui pareceres da Direcção Geral de Finanças, do Banco de Portugal, da Inspeção Geral das Autarquias Locais, da Associação Nacional de Municípios, e há iluminados que dizem que o Presidente da Câmara poderá ter algumas responsabilidades no desfalque, que foi cometido no local de trabalho, ao lado do Chefe de Divisão, de técnicos superiores, sem que ninguém se apercebesse, nem a auditoria, porque o Banco o permitiu, porque não cumpriu com as normas que dizem que a conta só podia ser movimentada através de cheque e com duas assinaturas, não bastando essa recomendação também o POCAL, Lei nacional não permite que qualquer um retire e coloque dinheiro numa conta destas, se crucifique o Presidente de Câmara, porque em qualquer Câmara isto acontecia. Estou esperançado que se houver justiça e o Tribunal funcionar, o Banco vai pagar na íntegra tudo aquilo que foi desviado, à revelia de tudo e de todos nesta Câmara, ilegalmente.”

João Coucelo, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Queria apenas dizer uma coisa ao Dr. João Coelho.

É evidente que quando se falou na questão do Hospital e das polémicas que houve, eu quero frisar que fui Presidente do Conselho de Administração do Hospital quase seis anos, fui Director Clínico do 4.º maior Hospital do País durante três anos, e não me recordo, em nenhuma dessas funções, de ter havido polémicas do género daquelas que houve aqui, no Hospital de Pombal.

Portanto, quando se está a dizer que a culpa é de A ou B, culpas partilhadas, eu queria dizer-lhe o seguinte:

Há sempre um primeiro responsável, quer se queira quer não, quem está num lugar de administração tem que assumir sempre a responsabilidade de estar nesse lugar, porque poderão ser acusados profissionais se não estiverem a produzir devidamente, mas transformar as diferenças de opinião em falta de colaboração, eu não admito, se houve alguma falta de colaboração no Hospital, foi de quem o geriu para com os profissionais que lá estavam e que davam muito mais do que na maioria dos Hospitais deste País.

Faço-lhe notar que o Serviço que eu dirigi, até à três meses, era o primeiro Serviço de Medicina dos 24 do seu nível, e era um dos 10 melhores em termos de produtividade deste País, não digo em que lugar para não dizer que estava empolgado, mas era, segundo a ACSS - Agência de Contratualização dos Serviços de Saúde, cinco profissionais faziam mais que treze ou catorze noutros hospitais, e isto porque as pessoas se dedicavam ao trabalho.

Naturalmente, quando começamos a ver que a Administração tem orientações e interferências que prejudicam o próprio ambiente interno dos serviços, que leva à saída de profissionais competentes, que vão para Hospitais mais diferenciados porque são competentes, eu queria dizer-lhe o seguinte.

Ninguém tem prazer em viver em conflito numa instituição. A pior coisa que pode haver numa empresa é mau ambiente interno. As funções dos seus responsáveis é estimular os profissionais que produzem, é apoiar os que trabalham, quando quem está a trabalhar não vê qualquer interesse na Administração e vê entraves, não pode ficar bem de maneira nenhuma.

Eu quero dizer que concordo genericamente com a retórica do Fernando Carolino, é um discurso bem feito, mas nas nuances entre o discurso dele e a realidade há uma distância grande.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pedro Murinho, cuja intervenção se transcreve:

“O País ficou mergulhado numa intensa crise, não lhes vou dar os últimos números que surgiram, em que houve um aumento nos levantamentos ATM e nas compras de Natal, mas da pobreza envergonhada que vai assolando o nosso País.

Neste Natal, a Associação a que presido, em Almagreira, desenvolveu m iniciativa que tem por nome “Cabaz de Natal”, isto é, junto das populações recolhemos bens alimentares essenciais que posteriormente distribuímos por famílias carenciadas da nossa Freguesia, não só pelo Centro Social mas também por famílias que nós conhecemos.

A realidade que encontrámos, foi uma realidade que não esperávamos encontrar. Distribuímos 20 cabazes mas muitos mais seriam necessários para fazer face a esta pobreza que assola o nosso Concelho, mais concretamente na Freguesia de Almagreira mas penso que também acontece em outras Freguesias.

Fico muito preocupado, há muitas famílias a viver em dificuldades, famílias em que um dos agregados, ficou desempregado e outro apenas recebe o ordenado mínimo para governar com 4 ou 5 pessoas e, como podem julgar, 500 euros para governar uma casa não é suficiente.

É público que o Concelho de Pombal nem é dos Concelhos do nosso Distrito com mais desemprego, pelo contrário, no entanto isto é um caso que deve preocupar o nosso Concelho.

Bem sei que o nosso Município não fica indiferente a estes números, a julgar pelos apoios sociais que concede às crianças do 1.º ciclo, nomeadamente na aquisição de livros escolares e no fornecimento de refeições, mas nunca é demais alertar o Município que deve continuar muito atento a estes casos de necessidades mais prementes em famílias mais carenciadas, àquelas famílias mais escondidas, mais envergonhadas, que não querem dar a cara, e que dentro dos possíveis possa acompanhar estes casos mais recentes que vão aparecendo no nosso Concelho.

Deixo também um repto ao Senhor Presidente da Assembleia que interceda junto da Segurança Social a fim de que esta possa remeter um relatório exaustivo sobre a situação da acção social no nosso Concelho.

Provavelmente o ano 2011 vai ser muito difícil, não só pelo aumento de transportes, aumento de impostos, cortes salariais, mas agora também o aumento da tarifa de electricidade.

Todos sabemos que Pombal é possuidor de um péssimo serviço prestado pela EDP, à semelhança do que acontece em todo o Distrito de Leiria, para não dizer em todo o País.

Há poucos meses atrás, e foi tornado público, a EDP prometeu mundos e fundos à Freguesia do Lourçal e que iria melhorar o serviço ali prestado, no entanto julgo que ainda nada aconteceu.

No passado fim de semana, Pombal voltou a trabalhar à luz das velas, desculpem a expressão.

Tenho responsabilidade na gestão de uma empresa no Parque Industrial Manuel da Mota, zona industrial esta que tem sido muito afectada pelos constantes cortes de energia, ao longo de todo o ano. Foram feitas várias reclamações à administração da EDP com o intuito, só e apenas, de que esta melhorasse o serviço prestado a nível da zona industrial, já nem esperança tínhamos, ou temos, que os prejuízos sejam ressarcidos.

Recebemos resposta, há relativamente pouco tempo, e eu gostaria só de partilhar convosco duas ou três mensagens, face à referência genérica naquela comunicação:

“As diversas interrupções de energia eléctrica, alegadamente ocorridas, afigura-se difícil identificar com rigor quais foram as respectivas causas”, e mais à frente “mais informamos que esta Empresa está a cumprir os padrões de qualidade previstos no Regulamento da Qualidade de Serviço. Nestas circunstâncias e apesar de naturalmente lamentarmos os incómodos e



MUNICÍPIO DE POMBAL

contrariedades que advierem do ocorrido, não se pode esta empresa considerar responsável pelo ressarcimento dos alegados prejuízos sofridos.”

Esta é a resposta que normalmente a EDP costuma dar a estes casos.

Além de prestar este mau serviço, a EDP prepara-se então para aumentar as tarifas de electricidade na ordem dos 3,5% para as famílias e dos 2% para as empresas.

A EDP é uma empresa que, em 2009, atingiu lucros de mais de mil milhões de euros e que em 2010 se prepara para atingir melhor resultado e com gestores, lembro, a ganhar remunerações altíssimas.

Julgo que esta empresa nos está a estragar o País, não só pela crise que atravessamos, mas também porque o desenvolvimento da nossa sociedade não permite tão altas remunerações. Bem sei que os gestores de empresas qualificadas devem ser bem pagos, mas tem que haver diferenciação entre as empresas tipicamente privadas das públicas ou participadas pelo Estado que têm uma lógica de serviço público, como é o caso da EDP.

Muito se promete e nada chega e a EDP faz o que quer e que entende, sobrecarregando mais as famílias, cada vez mais endividadas, e as empresas, e nestas como é que se pode ter mais emprego ou defender a competitividade com o aumento da electricidade como a que vamos ter.

Estou certo que com estes aumentos, só atrasamos o desenvolvimento do nosso País.

Resta-me apenas pedir ao nosso Executivo, na pessoa do Senhor Presidente, que continue a interceder junto da Administração da EDP para que de uma vez por todas se possa resolver o problema que atinge o nosso Concelho, os constantes cortes de energia, porque relativamente aos aumentos já não posso dizer nada, porque nem o Eng.º José Sócrates o conseguiu evitar.”

Catarina Pascoal, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Começo por desejar os votos sinceros de continuação de umas Boas Festas e que 2011 seja um bom ano.

A minha intervenção vai um bocadinho na continuação do que o meu colega Pedro Murinho falou e que o Dr. João também abordou, que é a minha preocupação com o ano 2011.

Costumo pensar que tinha idade para ter uma expectativa mais positiva mas a verdade é que em finais de 2010 não a tenho, eu sou formadora, sou consultora, não só aqui mas também noutros Concelhos do País, e a verdade é que estou preocupada, e queria deixar aqui esta minha preocupação também junto da Câmara Municipal, porque sinto, junto da população que abordo, em formação profissional, que não temos pessoas preparadas para os desafios e para as exigências que em 2011 vão acontecer.

A verdade é que uma das frases mais conhecidas a nível do tecido empresarial é que a competitividade das empresas passa pela qualificação profissional.

Eu já ando a dar formação profissional há cerca de dois anos, as coisas melhoraram, mas tendo em conta os investimentos a nível estatal e comunitário que têm existido, os milhões que têm sido investidos, estava à espera, desde o início da minha relação laboral, que neste momento nós tivéssemos pessoas com maior capacidade critica, mas eu sinto as pessoas com muita desmotivação, com muita falta de iniciativa, alguma coisa está a correr mal, mas esta não é só a minha opinião, é a opinião de quem anda no terreno, e isto é preocupante porque comparativamente com outros Países eu sinto que estamos atrasados, em termos de qualificação, em termos de formação, em termos de conhecimento.

Eu fico assustada quando pessoas mais ou menos da minha idade, e isto não acontece esporadicamente, pessoas com trinta ou trinta e cinco anos, não conseguem interpretar um documento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O que eu gostaria era que EM 2011, o Município de, alguma forma, se debruçasse sobre esta questão, promovendo algumas acções que, obviamente, têm também a ver com as políticas nacionais, esperando que, daqui a um ano, possa estar a falar com outra postura mais positiva.”

Fernando Carolino, cuja intervenção se segue:

“Senhor Presidente da Câmara, eu já uma vez, aqui nesta Assembleia, lhe pedi, por favor, que não misturasse o que não pode ser misturado e o Senhor, mais uma vez, confundiu a obra-prima de um mestre com a prima de um mestre-de-obras.

Se eu sou empregado bancário, neste momento, não desempenho essa função nesta Assembleia. Sou um eleito por um Partido Político, nomeadamente, o Partido Socialista, pelo qual represento munícipes de Pombal que tiveram a escolha na lista a que eu pertença.

Se a Câmara Municipal de Pombal, na pessoa do Senhor Presidente, soube negociar contratos bancários de uma forma que lhe soube muito melhor porque não lhe foram tão onerosos, eu só tenho que aplaudir essa situação. Se o Senhor conseguiu trazer a esta casa mais valias, através de negociações que o Senhor diz que fez, ou pediu para fazer, e se essas mais valias beneficiaram a Câmara Municipal de Pombal e o Concelho de Pombal, eu só tenho é que o aplaudir, mal seria era o Senhor estar a contratar empréstimos que seriam onerosos a esta causa.

E aproveitando as palavras do Dr. João Coucelo, na administração existem responsáveis, e é isso que o Senhor ainda não entendeu das minhas palavras. O responsável desta casa chama-se Narciso Mota, é ele que é Presidente da Câmara Municipal de Pombal, eleito pelos pombalenses, por isso é ele o responsável primeiro de tudo o que acontece de bom, de menos bom ou de mau nesta casa.

Nunca o Senhor ouviu Fernando Daniel Carolino a dizer que Narciso Mota roubou o que quer que seja, nunca me ouviu dizer isso nem nunca me vai ouvir dizê-lo, sabe porquê? Porque eu não confundo aquilo de que o Senhor é responsável autárquico com aquilo de que o Senhor é responsável pessoal, e se há matérias crime nesta questão, existe com toda a certeza quem perceba melhor do que eu que não me devia pronunciar sobre essas matérias, são matérias de justiça, estão em segredo de justiça, onde existe um processo que eu não conheço, agora há processo que eu conheço, que é aquele que anda na praça pública, que é aquele que se chama político.

A verdade é que um funcionário desta casa, com 33 anos de sérvios, que era tido como um homem com responsabilidade conseguiu iludir tudo e todos e o senhor nunca irá assumir a sua responsabilidade política e administrativa perante este facto, tomou outras responsabilidades, como apresentar um processo disciplinar concluído à votação da Vereação para que se tomasse uma decisão por unanimidade, fê-lo por um facto ocorrido nesta casa.

Mais uma vez lhe digo, se há responsabilidades da entidade bancária em causa, essas responsabilidades, o Senhor não deve nunca, deixá-las cair em saco roto, e sabe porquê? Porque há 500 mil euros que desapareceram desta Câmara e que são seus, são meus, são de todos os pombalenses, e se o Senhor conseguir isso, dou-lhe os meus parabéns.

Não confunda a minha actividade política com a minha actividade privada, porque eu sempre trabalhei por conta de outrem, vou fazendo política nas horas vagas, com sacrifícios da família, eu ando aqui na política há 18, 20 anos, estou aqui e trabalho todos os dias numa instituição que gosto que seja respeitada.”

Joaquim Branco, cuja intervenção se segue:

“Esta minha intervenção tem a ver com o seguinte:



MUNICÍPIO DE POMBAL

Os legisladores, em Portugal, desde há 1000 ou 2000 anos de História, se quiserem ir buscar o Império Romano, nunca legislaram a responsabilidade política.

O Partido Socialista manda um conjunto de retóricas nesta Assembleia, fazendo, obviamente como dizia o Padre António Vieira “o Português é um xadrez de palavras” e pedindo a cabeça do Presidente da Câmara.

O exemplo vem de cima. Altos dirigentes do Partido Socialista diziam: Eu sou republicano da Assembleia da República mas não falam que na Assembleia da República usam métodos de criminologia.

A sua demagogia e propaganda nunca falam nos exageros.

Quem foi responsável pelas nacionalizações? Quem se demitiu do Partido Socialista?

Muitos governantes, hoje, e alguns com empresas particulares, têm interesses até no Ultramar e defenderam o inverso, na altura. Eu pergunto: Demitidos? Nada.

Porque é eu há má administração das Finanças Públicas Nacionais? Porque o Orçamento gere-se em função da receita e da despesa, não da demagogia.

Os subsídios exorbitantes que foram dados nos anos 80 por parte do Partido Socialista, houve omissão de algum membro? Nenhum. Nada.

As SCUT's - João Cravinho dizia: “Auto-estradas gratuitas”, veja-se agora o descalabro, hipotecam-se as gerações futuras, anos e anos, e volta a atar cinto à classe média que passa à classe baixa, a mais pobre da Europa. Até um Estado, que é a República Checa, já se ri que Portugal não devia ter entrado no Euro. De quem é a culpa?

Estamos a falar de dirigentes Nacionais, porque eu entendo que estou aqui por um Partido e tenho que assumir responsabilidades, não posso servir como anarquista.

António Guterres, onde é que ele está neste momento? Foram-lhe pedidas responsabilidades? Não, foi promovido e bajulado, para um cargo internacional.

Na Saúde, fala-se na sua gestão. Há legislação sobre auxílio a pessoas dos cuidados continuados? Que medidas foram tomadas pelo Partido Socialista no sentido de incentivar quem tem essas pessoas em casa? Que contrapartidas são dadas? São dados os químicos para os seus tratamentos? Não venham com retóricas, porque em termos práticos há legislação mas nunca foi posta em prática.

Onde é que está a contenção?

Na agricultura, está provado, que 90% dos subsídios, há 9 empresas que os absorvem. De quem é a responsabilidade? Alguém pediu a demissão de algum dirigente nacional? Nunca. Ninguém.

Foram feitas auditorias ao BPN, o que é que se passou com o Governador do Banco de Portugal? Pediu a demissão? Não, foi promovido. Todos sabemos onde está, é uma figura ilustre na Europa.

Nisto não se fala nesta Assembleia.

Muitos dirigentes do Partido Socialista, intitulam-se como os patriotas que criaram esta democracia. De forma vergonhosa, eu, como cidadão, vi como foi recebido um alto dirigente Chinês.

Um cidadão honorário de Pombal, há quem diga que um dos maiores juristas da língua portuguesa e do Direito Romano, Antunes Varela, foram meia dúzia de pessoas ao seu funeral.

Dizem que vamos passar sacrifícios. Que iniciativas existem para a produção Nacional?

Quem conhece qualquer País Nórdico desenvolvido, o que têm está desenvolvido.

Nós temos a agricultura e está completamente abandonada. Não existe da parte do Partido Socialista, neste momento, qualquer iniciativa para tornar o minifúndio lucrativo. Onde está a



MUNICÍPIO DE POMBAL

responsabilidade política? Se a agricultura não produz, há que negociar as quotas para as Pescas.

Onde está a responsabilidade política? Onde está a demissão?

Onde está a responsabilidade política pelo défice no Orçamento? Onde está a demissão?

Em função disto, quero dizer o seguinte:

A atitude do Partido Socialista, na sua intervenção, fez-me lembrar a Primeira República, com uma retórica sem factos concretos.

Eu fiz um artigo, uma vez, em que disse que Narciso Mota era uma figura exemplar na História de Pombal, porque tem factos e tem obra, e digo-o novamente, é uma figura que, em termos de responsabilidade política foi desadequada e inoportuna, até com alguma mediocridade da parte do Partido Socialista, a forma como a apresentou e foi dirigida.”

Leovigildo Fernandes, que fez a intervenção abaixo.

“É com tristeza que hoje volto aqui a falar sobre algumas posturas por parte do sistema governativo, mas não posso deixar de na quadra que estamos a atravessar, referir alguns temas que já abordei aqui, estou a falar num dos temas que é a Educação.

A Educação é um dos temas de que o Governo fez bandeira, assumiu um compromisso com os portugueses e que, neste momento, pura e simplesmente os colocou na caixa do lixo e reportou toda essa responsabilidade às autarquias.

Não só na Educação como também no Apoio Social, vejamos a atitude do Governo, há algum tempo atrás, quando criou alguns incentivos para o aumento de natalidade e agora os cortou na totalidade, estamos a falar de pouco mais de um ano.

As autarquias são os Órgãos que, na presente data, têm o acesso mais real das situações socioeconómicas dos portugueses, são estes Órgãos que estão a suportar toda a falha do sistema governativo.

As refeições nas escolas, neste momento, é uma preocupação saber se, no próximo ano de 2011, as vamos poder continuar a facultar e os transportes escolares, vamos ver como é que se irão processar.

É vergonhoso ouvir uma Ministra da Educação dizer à Comunicação Social que tem todos os compromissos financeiros liquidados, quando isso não é verdade.

Onde é que está a verdade e o princípio ético deste tipo de pessoas?

Porque não são responsabilizadas por estas atitudes?

Esquecem-se que um Escalão 4 corresponde à mensalidade das refeições de uma criança numa escola do primeiro ciclo. Que neste momento, alguns encarregados de educação já não conseguem pagar.

Esquecem-se que o transporte a ser feito, tem custos de combustíveis, tem custos de pessoal auxiliar, tem custos de motoristas. Se não for pago com certeza as bombas vão fechar o fornecimento de gasóleo.

Falemos também do Pessoal auxiliar das escolas. Onde é que está o pessoal auxiliar? Como é possível existir apenas uma auxiliar escolar para tomar conta de 150 crianças? Como é que isto é humano? Quando obrigam as autarquias a ter duas pessoas para tomar conta de duas ou três crianças nos jardins de infância para o fornecimento de refeições? Onde é que está o princípio? Onde é que está a responsabilidade?

Vê-se, muito insistentemente, que é uma postura destrutiva no sentido de denegrir o desempenho autárquico a nível do nosso País.

Registamos agora uma nova postura.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A partir, presumo, que do próximo ano, de Janeiro, quem receber de vencimento 485 euros passa a pagar taxas de saúde, como se 485 euros fossem uma fortuna. Esquecem-se que a maior parte dos agregados familiares estão a viver com um vencimento desta natureza, como é que os portugueses podem trabalhar? Mais uma vez a asfixia social é para a classe média e para a classe mais empobrecida.

Depois, vejamos também, a questão dos apoios dos Centros de Emprego, nomeadamente nos Programas de Ocupação? Como é que é possível proibirem estas pessoas de fazer trabalho de responsabilidade? Não estão a ser pagos pelo Centro de Emprego? Não estão a ser pagos em 20% das Entidades que são detentoras dos POC's? Não têm que ser responsabilizados e assumir responsabilidades sobre o trabalho que têm que desenvolver, quando para além dos 20% tem que se pagar subsídio de refeição e o seguro de acidentes pessoais por cada pessoa? Onde é que está a responsabilidade nessa gestão do País?

Meus Senhores, se os autarcas do nosso País, das Câmaras e Juntas de Freguesia, não tivessem o coração do tamanho do mundo, dava vontade de bater com a porta e dizer ao Governo e à Senhora Ministra da Educação: venha para o terreno desempenhar esta função, venha administrar as refeições, venha administrar os transportes, venha suportar os problemas sociais do País e dos portugueses.

Mas nós somos humanos, independentemente deste Governo retrógrado, vir apelidar os Presidentes de Junta de boys dos Partidos, se há boys nos Partidos é em Lisboa, é no Governo. Eu vejo, constantemente, alguns ilustres membros do Governo a serem investigados, a serem identificados com algum aspecto de mau, e não vejo que sejam suspensos dos seus cargos. Onde é que está a postura ética deste País? Ainda não vi ninguém ser condenado.

É mais fácil chegar às Autarquias e responsabilizar os Presidentes de Câmara, os Vereadores, os Presidentes de Junta, porque são pessoas que não têm fundo que os suporte, porque não têm vencimentos megalómanos.

Eu não vi ainda os nossos governantes reduzirem o número de Deputados à Assembleia da República, eu não vejo os nossos governantes a reduzir os apoios que os ex governantes têm como se fossem membros activos do Governo, nomeadamente, guarda-costas, carros do Estado, eu não vejo cortarem aqui.

Eu não vejo nenhum Presidente de Câmara ter guarda-costas, eu não vejo ninguém a fazer isto, a não ser a nível do Governo. É uma vergonha Nacional que se venha pedir aos portugueses para apertar o cinto e que se gastem 75 milhões de euros, em combustíveis, a nível do Governo. Onde é que está a postura ética?

Falou-se, aqui, na Freguesia do Carriço, fico satisfeito que se fale na Freguesia do Carriço, mas fala-se e contradizem-se as afirmações. Fala-se no saneamento, e quero lembrar aqui que o projecto de saneamento para a Freguesia do Carriço foi chumbado pelo Governo do Partido Socialista por três vezes, e agora tenho que render, mais uma vez, a minha homenagem ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo Municipal, pela coragem que tem de assumir este orçamento que daqui a pouco vamos ter o prazer de aprovar, porque o presente que o Estado deu à Câmara Municipal de Pombal com a aprovação destas candidaturas, é um presente envenenado, porque primeiro aprova as candidaturas e logo a seguir dá a informação que, no próximo ano, há um corte de um milhão e meio de euros no Orçamento da Câmara. Isto não se faz a quem trabalha. Tomara o Governo conseguir fazer obras ao preço a que se fazem ao nível autárquico.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Também quero dizer, aqui, que não vi ainda nenhuma postura do Partido Socialista em querer favorecer a Freguesia do Carriço, a nível autárquico e a nível nacional.

Recentemente houve um briefing do PS na Freguesia do Carriço e eu fiquei triste com algumas afirmações que ali foram feitas. Não que eu tivesse presenciado, mas por ter lido na Comunicação Social.

Eu entendo que as Freguesias devem ser todas tratadas de forma igual, mas temos que trabalhar e quem tem unhas é que toca viola, porque se há umas Freguesias com mais desenvolvimento do que outras, se calhar, deve-se ao desempenho de quem as está a liderar. Eu nunca recusei fosse que convite fosse a nível de qualquer desafio, de qualquer projecto.

É surreal que os Presidentes de Junta comecem a comparar o desenvolvimento de umas Freguesias em relação a outras, cada um deve desenvolver os projectos que tem, pedir apoio ao Município, porque o senhor Presidente nunca recusou algum projecto que lhe fosse apresentado por um Presidente de Junta.

É muito grave quando se compara esta situação.

Termino, não desejando um bom ano de 2011, porque ele não vai ser bom, mas desejando um ano 2011 que seja próspero a nível familiar e profissional, mas equilibrado.”

Rodrigues Marques, que fez a intervenção abaixo:

“Sendo certo que este fórum autárquico é eminentemente político eu ia fazer dois pedidos.

O primeiro é que todos nós nos empenhássemos, cada um per si, nas próximas Eleições Presidenciais do dia 23 de Janeiro. É um dever cívico que nós temos obrigação de fazer passar aos nossos cidadãos.

Em nota de roda pé, convido todos, particularmente os membros do Partido Socialista que estão a apoiar um Deputado que já não é do Partido Socialista, para jantar connosco, no próximo dia 10 de Janeiro, em que vai cá estar o Professor Cavaco Silva e, portanto, são muito bem-vindos àquele jantar.

O segundo pedido que eu queria fazer era que cada um de nós fosse um observador atento, àquilo a que várias pessoas fizeram aqui referência e que é a fome. Amigos e companheiros, peço o favor de estarem atentos, cada um de per si, nos seus locais de trabalho, nos seus bairros, nas suas aldeias, à pobreza envergonhada e à fome que o ano 2011 nos vai trazer.

Relativamente aos nossos companheiros do CDS, subscrevo rigorosamente as palavras do Dr. João Coucelo e quero dizer-lhes que este vosso humilde servo esteve na Assembleia Municipal de Pombal acompanhado por ilustres membros do CDS e ficaria muito agradado se isso, efectivamente, voltasse a acontecer.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“Permitam-me que, por imperativo de consciência, possa dizer aqui, em termos de nota final, o seguinte:

“O Deputado Fernando Carolino, sabe bem e eu também sei, que ele hoje é empregado bancário e que foi muito mais fácil a sua integração na vida activa que é hoje para os jovens na idade que ele tinha.

Também sabe que na política deve haver ética, deve haver vergonha, e quando diz que eu não assumo a minha responsabilidade política, está-me a ofender, porque eu assumi, no dia 16 de Junho a minha responsabilidade no desfalque, assumo hoje e assumirei sempre, até recuperar o dinheiro.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sabe também, como empregado bancário, que seja de uma empresa privada, seja de uma Câmara Municipal, nenhum funcionário de nenhum banco pode, sem duas assinaturas do Presidente e do Tesoureiro, permitir que a conta seja movimentada.

O que ele tem feito é, com teria, palavras de retórica, a dizer que tem experiência que até vem da política e é empregado bancário, mas fere a sensibilidade, a integridade, a honestidade de quem já trabalha há 44 anos por conta de outrem, que já negociou muita coisa, mas nunca vendeu a consciência.

Por tudo o que tem escrito e dito aqui, revela-se um homem demagogo, um teórico. Se é empregado bancário posso dizer que ...”

Nesta altura gerou-se alguma confusão e o **Senhor Presidente da Câmara** terminou a sua intervenção acrescentando o seguinte:

“...porque ele sabe que no dia 16 de Julho transmitimos tudo à Judiciária, à IGAL, à Inspeção Geral de Finanças, etc., e a verdade vem sempre ao de cima.”

André Coelho, cuja intervenção se transcreve:

“Em nome da Bancada do Partido Socialista, dizer que as palavras que foram ditas foram ultrapassadas a partir do momento em que se disse que a Bancada do PS era medíocre.

Eu penso que isto só conseguiu acabar na ofensa pessoal que eu tenho verificado, ao longo desta Assembleia, desde que fomos eleitos, no final do ano passado.

Eu gostava de apelar, não só à calma, porque nem as ideias podem surgir com naturalidade, mas também ao respeito em relação à Bancada do Partido Socialista e individualmente aos seus membros, visto que, repetidamente, hoje e não só, as ofensas pessoais têm surgido.”

Ponto 2.0 – Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão não se verificou qualquer inscrição, passando-se, de imediato, ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento para o Ano Económico de 2011.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

Odete Alves, cuja intervenção se segue:

“Cabe-nos a nós manifestar a nossa opinião sobre o orçamento que aqui nos foi apresentado e os documentos que o acompanharam e, nessa medida, o orçamento contempla uma série de investimentos públicos importantes e de grande relevância para todos nós, os quais esta



MUNICÍPIO DE POMBAL

Bancada, desde já, aplaude, porque sempre perseguiu, ao longo de vários anos, estes mesmos objectivos, por reconhecer a necessidade, a importância para o desenvolvimento do Concelho e o bem-estar da população.

Desde logo serão feitos enormes investimentos, designadamente, nas áreas do abastecimento de água e também do saneamento, porém, da análise do orçamento e da nota introdutória ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos, resulta para o Município, num esforço acrescido das suas finanças, já que as obras importantes a que nos referimos terão que ser executadas em apenas três anos, sob pena de perdermos alguns financiamentos comunitários que já foram aprovados.

Verifica-se também que esta concentração de investimentos e este esforço acrescido, irá prejudicar outros investimentos que já estavam previstos e que ficarão em suspenso.

Esta Bancada considera que, não obstante os constrangimentos invocados na Nota Introdutória, que se prendem essencialmente com os atrasos na execução financeira do QREN, o Município dispôs, ao longo dos vários anos, de dotações orçamentais que permitiam fazer investimentos superiores aos que efectivamente fez no saneamento básico e no abastecimento de água.

Esta circunstância permitiu, exactamente, a concentração do investimento e esforço financeiro a que nos referimos atrás, em prejuízo de outras áreas de investimento.

Acresce também, como resulta da Nota Introdutória, o contexto na conjuntura Nacional deixa adivinhar dificuldades acrescidas para os próximos anos, não só para as famílias, mas também para os Municípios.

Senão veja-se, existe uma clara e séria probabilidade de redução das receitas provenientes de Impostos Municipais, relativamente às previsões constantes do Orçamento, desde logo porque o método utilizado para a quantificação da receita, aplicou, por exemplo a taxa máxima do IRS, ignorando, exactamente, as dificuldades que as famílias irão sentir nos próximos anos e que foi aqui, já hoje, sobejamente, falado por vários Deputados Municipais.

O Município também irá suportar taxas de juro elevadíssimas, tendo em conta a conjuntura económica internacional que, certamente, não teria que suportar se tivesse contraído estes empréstimos em anos anteriores.

Por outro lado, verifica-se do Orçamento, uma evidente redução das transferências da Administração Central, o que também irá penalizar, certamente, estes objectivos do Município.

Existe ainda a possibilidade de parte da receita proveniente dos Fundos Comunitários não ser executada porque em alguns Programas Comunitários a arrecadação da receita está dependente, directamente, da execução física das obras que estão contempladas, e pode verificar-se algum atraso nestas obras, dada até a sua dimensão, o que se verificou num passado recente.

Refira-se ainda que, mais uma vez, o Orçamento em matéria de receitas provenientes de Impostos, deixa perceber que o Município não pretende diminuir a sua participação nestas receitas, ou seja, mais uma vez, os Impostos Municipais são vistos unicamente como factor de arrecadação de receita do Município e não como instrumentos de política económica e social, importava por isso que o Município fixasse taxas que estabelecessem um equilíbrio entre as necessidades de receita da Autarquia tendo em vista o cumprimento das suas funções, e também a ponderação do esforço exigido aos munícipes para dotação do Orçamento Municipal.

A opinião desta Bancada é que a Câmara deve solidarizar-se com os seus munícipes, diminuindo as taxas de impostos cobradas, partilhando os sacrifícios e suavizando o esforço financeiro que lhes é exigido, pese embora a quebra de receitas que tal decisão acarreta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A redução dos Impostos Municipais, em particular das taxas do IMI, conjugada com o esforço sério de disciplina orçamental, faria toda a diferença na qualidade de vida dos cidadãos e deve mesmo ser uma prioridade para a Autarquia, sobretudo, como já se disse, no quadro actual de crise económica que vivemos.

Ora, na verdade, a taxa de IMI é uma receita dos Municípios, cabe às Autarquias, dentro dos limites mínimo e máximo, fixar a taxa a aplicar tendo em conta, por exemplo, a realidade local. Optar pela aplicação de taxas inferiores seria um sinal muito positivo para as famílias de que a situação é difícil mas que dentro da adversidade podem contar com o apoio da Autarquia, e também poderia servir como medida de correcção das desigualdades que decorrem da própria Lei de Tributação do Património.

Por outro lado, verifica-se ainda em matéria de Orçamento, que as despesas com a aquisição de bens e serviços, até aumentam em relação à previsão para o ano 2010. Parece que há aqui uma contradição, até em relação ao que consta da Nota Introdutória, já que o Município não irá conter-se, em matéria de despesas, pelo menos no que diz respeito à aquisição de bens e serviços, como podia e devia fazer. Tinha aqui, até, uma oportunidade para compensar este esforço de investimento que terá de fazer.

Em suma, esta Bancada, não obstante concordar com a importância dos investimentos, e como já se disse aplaudir a realização e a concretização destes investimentos, considera que o Orçamento reflecte os erros políticos que foram cometidos ao longo de todos estes anos e que este Orçamento compromete, também, o investimento noutras áreas igualmente importantes, designadamente, na Educação e na Economia, e penaliza mais uma vez as famílias. É por esta razão que votaremos contra este Orçamento, com excepção do Senhor Presidente da Junta do Lourical, cujo sentido de voto é a abstenção.”

João Coucelo, que fez a intervenção seguinte:

“Eu não vou tecer considerações muito particulares a propósito de tudo o que está explanado no Plano e Orçamento, nomeadamente quanto a algumas rubricas sectoriais.

Ainda bem que eu ouvi a Dra. Odete Alves falar antes de mim. Fiquei a ganhar. Deu-me a oportunidade de, de uma forma simples, que eu espero que não seja apelidada de tão simplista assim, dizer que se trocar, no seu texto, Câmara Municipal por Governo, diria coisas que todos iriam achar que estava plena de razão.

Os erros cometidos nos últimos anos, os investimentos desnecessários, a forma como se faz a arrecadação das receitas, mas mais do que isso, as despesas do sector público, os elefantes brancos, as coisas que não servem para nada, as despesas com pessoal, com os assessores, com o pessoal das empresas públicas, das empresas participadas, de toda a máquina do Estado.

Se tivessem pressentido os sinais, nós não estaríamos provavelmente, na situação trágica em que nos encontramos agora.

Eu gostava de dizer que agradeço à Dra. Odete, porque reconheceu, de alguma forma, que há elementos muito importantes neste Orçamento, com a definição da prioridade que considerou de tardia, relativamente ao Saneamento Básico e ao Abastecimento de Água, onde há um esforço financeiro muito grande. Pôs aí uma série de reticências quanto á capacidade da Câmara conseguir sustentar a sua parte de participação nas obras, é uma preocupação plausível, mas felizmente, em relação à situação económica do País, a Câmara Municipal não está na mesma situação, na devida proporção das suas responsabilidades, em que está o País.

Tomara o País ter a mesma capacidade de endividamento que tem esta Câmara. Tomara o País também ter Bancos que lhe emprestassem dinheiro. Temos que ir à China.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas a Dra. Odete sabe que, por exemplo, a percentagem dos Impostos Directos nas Receitas Correntes é apenas de 30%, e as Despesas Correntes são seis milhões de euros abaixo das Receitas Correntes. Só por aí já estamos benzinho. Há 17 ou 20 anos atrás, isto não era assim.

O Estado vai transferir menos dinheiro, mas mesmo que o Estado transfira menos dinheiro, a Câmara continua a ter capacidade de realização sem hipotecar as gerações futuras. Total diferença para com o Estado, total diferença para com o Governo deste País.

É evidente que, com os argumentos que a Dra. Odete aqui invocou, e que até fez uma crítica à sua maneira, positiva, com algumas apreciações mais negativas quanto ao timing das prioridades, mas foi uma globalmente uma crítica com aspectos muito positivos da acção da Câmara.

Eu diria que, o Orçamento de Estado passou com muito mais dificuldade, por uma questão de Estado, e não vejo porque é que aqui, não passa este Orçamento com o vosso voto favorável. É isso que me faz confusão.

A diferença de postura entre quem tem que decidir sobre um problema grave para o País e tem que fazer negociações sérias e complexas, alguém teve que “morder a língua” para aprovar o Orçamento de Estado, e aqui, com este tipo de apreciações, não se vota favoravelmente.

A abstenção ficar-vos-ia muito bem.

É um direito em política e em democracia as coisas são mesmo assim mas também temos que tecer as nossas críticas, relativamente à forma como vocês fundamentam a vossa decisão final.

Globalmente, eu entendo que a Câmara define um conjunto de prioridades para estes próximos quatro anos que tem uma aposta séria na questão do Saneamento Básico e do Abastecimento de Água, questões infra-estruturais, que sempre debati aqui na Câmara como uma das prioridades elegíveis para um Concelho vasto mas que, mesmo que não se pudesse fazer tudo com o volume de obra que se está a fazer agora, se poderia ter ido mais longe anteriormente, contudo, não posso fazer disso uma crítica negativa.

Há aqui uma situação que é também louvável, porque, apesar desses investimentos, a Câmara definiu também prioridades no sector da Educação, que me parecem relevantes, dando continuidade, e aqui com alguma coerência e também aposta do Governo em toda a reestruturação do Parque Escolar do País, é evidente que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, mas há capacidade para o fazer.

O que eu entendo deste Orçamento é que eu não tenho uma visão tão pessimista, não acho que seja um Orçamento, como acontece em muitas Câmaras, irreal, acho que é um Orçamento, face à capacidade que a Câmara tem em termos financeiros, neste momento, plausível, capaz de ser executado o Plano de prioridades definido pela Câmara, está coerentemente sustentado numa capacidade financeira própria, mesmo com diminuição das receitas que advirão do Estado, para realizar as suas prioridades.

É para mim, apesar de tudo, um Orçamento realista, evidentemente que se a Bancada do Partido Socialista tece críticas quanto ao timing de execução de algumas destas prioridades, está no seu direito, é bom é olharmos para as prioridades que foram definidas e considerá-las como válidas, não me parece que haja aqui elefantes brancos, não há TGV's, nem Alcochetes, Otas e coisas desse género, há obras realizáveis de uma forma sustentável.

Também, chamava a atenção que, quando se fala aqui da parte social, do esforço da Câmara em reduzir as taxas do IMI, foi definido que iriam sendo reduzidas as percentagens anualmente, falam numa altura em que o Governo está a lançar impostos cada vez mais para cima, quer dizer, a Câmara, aís uma vez, tem que se substituir ao Estado, a fazer aquilo que é o papel do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Estado, aquilo que o Estado carrega nas famílias e nas empresas e a Câmara é que tem que aparecer como a boazinha que vai ter que resolver esses problemas. O papel social do Estado tão propalado, por razões que não são tão fáceis de analisar, mas diminui os subsídios de natalidade, diminui às famílias os seus abonos, aumenta os impostos, a EDP, que é uma empresa participada do Estado, uma empresa pública, aumenta a electricidade em 3,5%.

Qual é o País que vai a algum lado, quando o Governo que sabe que as pessoas estão em dificuldades, que as empresas estão em dificuldades, não intervém nestas matérias, desculpem, mas isto eu não aceito.

Os Senhores estão a pedir à Câmara aquilo que, em grande parte, é responsabilidade do Estado, e isso é fazer demagogia na altura de aprovar um Orçamento e um Plano de Actividades.”

João Coelho, que usou da palavra como se segue:

“Eu temo ser uma voz divergente em relação, tanto à opinião do Partido Social Democrata, o que não surpreenderá, mas talvez em relação à opinião do meu Partido.

Vou referir-me em relação a um equívoco de análise, na minha perspectiva, naturalmente, que será bem intencionado, mas um erro de análise do Senhor Presidente da Câmara, quando se refere à Captação e Abastecimento de Água e ao Saneamento.

O Senhor Presidente da Câmara tem referido inúmeras vezes o seu orgulho em não ver a rede de Abastecimento de Água e Saneamento de Pombal integrada na Empresa Águas de Portugal, que é uma opção que teria imediatamente como consequência, o aumento das tarifas da água.

De qualquer forma, esta opção política, por parte do Senhor Presidente da Câmara, vai ter um custo futuro, porque após este investimento, daqui a três anos - já não será no mandato do Senhor Presidente mas de quem vier gerir - os custos de manutenção obrigarão a um maior encargo financeiro, e depois não haverá a possibilidade de adequar, de uma forma gradual, aos consumidores, terá que a adequar de uma forma abrupta e com um valor muito mais alto do que hoje é aplicado aos consumidores.

Aplaudo a iniciativa da Câmara de investir de uma forma avultada na rede de Abastecimento de Água e Saneamento, mas acho que é um dever de consciência, enquanto cidadão, alertar mais uma vez e relembro que no início deste mandato, enquanto deputado municipal, já havia alertado para a inevitabilidade da subida do preço da água para valores a que os portugueses não estão acostumados, não é só uma realidade pombalense, é uma realidade nacional.

A opção política da Câmara tem sido a de não obtenção dessa receita em relação aos consumidores e isso tem tido a consequência, também evidente, de não ter capacidade financeira para fazer aquilo que agora faz com Fundos Comunitários.

Durante dez anos o Partido Socialista defendeu, precisamente, o investimento nesta área. Durante 16 anos defendeu o investimento na conclusão da Rede de Saneamento. Agora, o Senhor Presidente da Câmara, por inevitabilidade dos Fundos Comunitários, por ver que não tem outra possibilidade de concluir esta obra e por finalmente aceitar que aquilo que o Partido Socialista dizia que era verdade, agora decide-se a recorrer a estes Fundos Comunitários.

Só temo é que a consequência daqui a três anos, - e espero não ter razão porque vai ser muito penoso para os pombalenses -, é que depois quem estiver cá tenha que tomar uma decisão de adequar aos preços o real custo das manutenção desta rede. Nessa altura veremos, até lá espero que as obras corram como previstas e que nós consigamos obter o máximo de fundos comunitários aos quais nos candidatámos.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Jorge Cordeiro, que usou da palavra como se segue:

“Sobre esta proposta de Orçamento, não vou entrar em detalhes, mas gostaria de sublinhar alguns aspectos que me parecem importantes.

Nunca é demais referir a questão das populações, das famílias, das pessoas, serem cada vez mais penalizados, que terá grandes impactos e maiores no próximo ano.

As Câmaras, no seguimento daquilo que disse o Dr. João Coucelo, de alguma forma substituem-se àquilo que o Poder Central deveria ter feito.

Este Orçamento de cerca de 75 milhões de euros, sustentado, com as suas prioridades definidas, e essa era uma questão que, enfim, em qualquer sede seria sempre uma discussão interminável, mas as decisões têm que ser tomadas e eu queria dizer que sendo este o maior Orçamento desta Câmara é curioso que as crises são geridas em épocas de abundância, porque é nas épocas de crise que se deve investir e quem dá esse passo em frente, pode apresentar um Orçamento destes, cujo pormenor pode ser discutido e cujas críticas são sempre bem vindas.

Se nos tempos de abundância a crise não fosse prevista, provavelmente, não estaríamos aqui com este Orçamento de um investimento claro o nosso Concelho.

Este é um tipo de satisfação com que, naturalmente, eu pessoalmente e aqueles que represento, votaremos a favor, e é um tipo de satisfação que eu partilho com alguém que esteve aqui no dia 11 de Novembro, nesta mesma sala, Dia do Município, e que se congratulou por ter no seu Distrito um Município a investir racionalmente, essa pessoa foi o Professor Paiva de Carvalho, o Governador Civil.

Portanto, este é um Orçamento que sendo estruturado, sendo um Orçamento que engloba aspectos que inclusivamente têm a ver com a criação de condições para se irem buscar verbas dos Quadros Comunitários, que nos permite investir em época de crise.

Assim estivesse o País.”

Sérgio Gomes, que fez a intervenção seguinte:

“O meu comentário sobre o Orçamento para 2011 vai ser breve. O Orçamento está bem apresentado, é transparente e, digamos, está bem estruturado.

O Orçamento é, por definição, um conjunto de contas previsionais de receitas e despesas de determinada Entidade.

Por norma, o Orçamento é bom, se for equilibrado e exequível e isso a final se verá.

No entanto, se forem consultados os dados dos últimos Orçamentos do Município, pode verificar-se um elevado grau de execução, quer do lado da receita, quer do lado da despesa, de onde podemos concluir que os mesmos são elaborados de forma sustentada e com uma forte aderência à realidade do Município.

Histórico ou não, o Orçamento para 2011 é um Orçamento ambicioso e fortemente voltado para o investimento, para a criação de infraestruturas e um forte impulsionador na criação da riqueza local.

Em relação ao Orçamento para 2010, verifica-se uma duplicação no investimento “Bens de Capital” normalmente chamados bens de domínio público, em cerca de 25 milhões de euros, situação que apenas é possível pelo aumento verificado no lado das Receitas de Capital, particularmente das transferências, mais de 23 milhões de euros.

Deve ser ressaltado, no entanto, que as transferências do Estado relativamente às rubricas do FEF, do Fundo Social Municipal e participação variável no IRS são inferiores em 600 mil euros quando comparados com o ano de 2010, por via da contenção de despesa imposta pelo Orçamento de Estado para 2011.



MUNICÍPIO DE POMBAL

É de louvar o trabalho notável do Município ao conseguir outras formas de financiamentos a custo zero, principalmente através da participação comunitária, quer ao nível do FEDER, quer ao Fundo de Coesão. As transferências vindas desses organismos ascendem aos quase 37 milhões de euros, mais 24 milhões do que em 2010.

Ao nível da despesa, verificamos um aumento da Despesa Corrente em cerca de 2,3 milhões de euros quando comparado com igual período do ano transacto, aumentando as despesas com o pessoal em 732 mil euros, no entanto o peso das mesmas diminui ainda assim, em termos percentuais, face ao total da Despesa Corrente.

Note-se, no entanto, que as Receitas Correntes são superiores às Despesas Correntes em quase 6 milhões de euros, que poderão ser canalizados para Despesas de Capital.

É de louvar que num período de forte contenção ao nível do investimento público, de forte estagnação em termos económicos, o Município de Pombal tenha conseguido mecanismos para apresentar um Orçamento fortemente virado para o investimento, sem comprometer o equilíbrio patrimonial e o seu endividamento.

Como consequência e em resultado do mesmo, não tenho dúvidas que contribuirá para a criação de riqueza, para a criação de emprego e para a melhoria de vida das populações do Concelho.

O mesmo contribuirá anda para uma forte modernização e melhoramento das infraestruturas do nosso Concelho, nomeadamente ao nível do investimento nas Redes de Abastecimento de Água com cerca de 19 milhões de euros, nas Redes de Saneamento com cerca de 10,5 milhões de euros, na Regeneração Urbana com 4,7 milhões de euros, em Centros Escolares com um milhão de euros, em transportes e comunicações com 7,2 milhões de euros.

Face à prolongada crise e ao estado em que o nosso País se encontra, não menos importante é, nesta altura, o apoio dos Municípios às populações, principalmente às mais carenciadas. Também aqui há um forte investimento ao nível das funções sociais que ultrapassa os 5 milhões de euros, repartidos pela Educação, Saúde, Acções Sociais, Cultura e Habitação.

Em conclusão, face ao documento apresentado, parece-me óbvio que o mesmo deve ser votado favoravelmente, a não ser que haja má vontade, neste caso, política.”

Pedro Murtinho, cuja intervenção se transcreve:

“Sendo este um Orçamento, diga-se, histórico, não podia deixar de dar a minha opinião e o porquê de votar favoravelmente este orçamento.

Todos sabemos que a crise económica e financeira do nosso País é de tal forma preocupante que requer uma especial atenção por parte de todos os decisores do nosso País, incluindo os Municípios.

O Orçamento de Estado para 2011 tem como único objectivo diminuir um dos maiores défices públicos da União Europeia, como todos sabemos, não só através do aumento dos Impostos como também através do corte dos salários da Função Pública.

Também é conhecida a posição do Governo de não cumprir com a Lei das Finanças Locais, diminuindo as receitas dos municípios portugueses.

Os níveis de execução financeira do QREN, como é do conhecimento geral, está muito abaixo do exigido e do que seria de esperar, muito por culpa das burocracias do nosso País. São os próprios Municípios a puxar pela execução do QREN, tendo estes a necessidade de que sejam asseguradas as respectivas participações.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Neste contexto Nacional de crise financeira o nosso Município não deixa de fazer investimentos, procurando o seu financiamento através dos meios que estão ao seu dispor, nomeadamente, através dos financiamentos comunitários.

Congratulo-me por isso, com este montante envolvido no Orçamento para 2011, a rondar os 75 milhões de euros, e que muito contribuirá para o desenvolvimento do nosso Concelho, com prioridades e bem estruturado.

Os financiamentos comunitários rondam os 37 milhões de euros, já aprovados, com investimentos em áreas muito prementes para o nosso Concelho, nomeadamente, o Abastecimento de Água, o Saneamento, a Regeneração Urbana, etc., justificando a qualidade técnica destas candidaturas.

Destaque para o facto de haver um desvio de verbas de Receitas Correntes para Despesas Correntes, com destaque para o facto de as Despesas com Pessoal serem apenas 50% das Despesas Correntes, valor que tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Destaco ainda o alto índice de investimento, a rondar os 69% do total deste Orçamento.

Muito gostaria eu que este tipo de investimentos tivessem chegado há mais tempo, no entanto, chegam sempre em boa hora.

É um Orçamento equilibrado, dando o nosso Município prioridade a áreas tão importantes como a Educação – 8 milhões de euros; o Saneamento – cerca de 14 milhões de euros; o Abastecimento de Água – 19,5 milhões de euros; a Rede Viária – 7 milhões de euros; a Regeneração Urbana – 8,5 milhões de euros; provando que não se está a investir apenas em Abastecimento de Água e Saneamento, com um peso importante neste Orçamento, mas também em outras áreas como a Educação, a Rede Viária e a Regeneração.

Enquanto cidadão, muito gostaria eu de ver vertido no Orçamento do Estado Português esta lógica de investimento e que o Orçamento do nosso Município apresenta, ajudando, não só, à promoção de emprego, como no apoio a empresas, criação de riqueza e melhoria das condições de vida dos pombalenses.”

Colocado o Orçamento para ano 2011 a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com sete votos contra e uma abstenção.

Mais foi deliberado aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Nesta altura pediram a palavra, para apresentarem Declaração de Voto, os seguintes membros:

João Coelho, que fez a seguinte Declaração de Voto:

“O meu voto contra este Orçamento é também um voto de lamento por, avaliada que está a importância das obras principais que se prevêem, Água, Saneamento e Regeneração Urbana, penso que poderia haver uma oportunidade histórica de encontro entre as partes, afinal não seria assim tanta a diferença.”

Fernando Carolino, cuja Declaração de Voto se transcreve:

“A minha declaração de voto vai no sentido de, votando contra, perder-se efectivamente a oportunidade de termos aqui algo histórico.

Concordo com a substância da proposta, não concordo com a forma como ela é apresentada.”

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2011/2014.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia colocou as Grandes Opções do Plano a discussão, tendo-se inscrito os seguintes membros:

Odete Alves, cuja intervenção se segue:

“Em matéria de Plano de Actividades, o Partido Socialista regista favoravelmente o aumento significativo das transferências para as Freguesias, que passam de € 766.000,00 para cerca de € 1.000.000,00 para 2011, o que irá, certamente, permitir uma maior transparência no reforço da responsabilização e do papel das Juntas de Freguesia, porém já não pode concordar com o aumento das transferências para a PMUGEST, que passam de € 200.000,00 para € 337.000,00, e ainda com a manutenção, sensivelmente dos mesmos valores, destinados às Associações em Fins Lucrativos.

Mais uma vez, o Município não irá conter-se na sua política de subsídios, nos termos a que já nos tem habituado, com evidente desperdício dos dinheiros públicos que poderiam ser, obviamente, aproveitados para este esforço de investimento que vai ser feito nos três sectores fundamentais do Orçamento.

Em matéria de Empresas Municipais, verifica-se ainda o aumento de transferências de € 301.000,00 para € 653.000,00, o que não resulta apenas da PMUGEST mas também do aumento de transferências para a ADILPOM, parte delas para a criação do Centro de Negócios mas não, exclusivamente, para esse efeito.

Apesar da Nota Introdutória falar em agilidade e rigor das finanças locais, estranha-se um aumento dos encargos com a Promoção e Animação Cultural, que passou de € 392.000,00 para € 453.000,00, o mesmo se diga do aumento dos encargos previstos para as Festas do Bodo que passam de € 200.000,00 para € 260.000,00, e ainda dos encargos com as actividades de Desporto e Recreio, principalmente, no que diz respeito ao apoio a Associações e eventos que passam de € 613.000,00 para € 647.000,00.

Estas são áreas de intervenção fundamentais, não temos dúvidas disso, porém, são áreas em que deve haver alguma contenção, sem que isso prejudique a satisfação destas mesmas necessidades culturais, desde logo, até porque poderiam ser aproveitadas as muitas Associações Recreativas do concelho e os Clubes Desportivo existentes, e existem muitos Clubes e Associações no Concelho, como já foi aqui referido hoje, que poderiam ajudar a colmatar qualquer falta de promoção ou animação cultural e fazer aqui um esforço para ajudar a que todo o investimento seja canalizado para aquilo que realmente interessa.

Conforme já se disse também, dos documentos apresentados relativos às Grandes Opções do Plano, decorre que os principais investimentos se concentram no Saneamento Básico, no Abastecimento de Água e na Regeneração Urbana.

Trata-se de áreas de intervenção essenciais e fundamentais para a população, mas terão um impacto extraordinário, como já se disse também, nas finanças locais. Veja-se que para o Abastecimento de Água a partir da Mata do Urso está previsto um investimento na ordem dos 17 milhões de euros, o que é bastante significativo.

Este impacto terá, certamente, repercussões evidentes noutras áreas de investimento, porque podemos verificar nos documentos que nos foram apresentados, que no que concerne aos Centros Educativos, para próximo ano, está prevista apenas a construção do Centro Educativo de São Simão de Litém, ficando assim adiados todos os outros.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O mesmo se diga da Rede Museológica, do Parque Verde, dos investimentos previstos para Turismo, designadamente, para a Praia do osso da Baleia, e ainda do Centro de Interpretação da Sicó, que também ficará em suspenso.

O mesmo se diga na área da economia, onde se verificará igualmente uma paralisação nos investimentos previstos, designadamente, para a criação do Parque Tecnológico, dos Pólos Empresariais das Freguesias e também nas reabilitações das zonas industriais. Trata-se evidentemente de uma área de investimento fundamental e essencial ao desenvolvimento económico do nosso Concelho e também à fixação das Empresas e das pessoas.

Deste modo, o sentido desta Bancada, será igualmente votar contra estas Grandes Opções do Plano.”

João Coucelo, que usou da palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Embora sejam dois pontos separados, no fundo não se consegue discutir um sem o outro e a análise do Orçamento já encerra em si a apreciação do Plano de Actividades, isso é normal.

Vou manter aquilo que disse anteriormente. A definição de prioridades está no Plano de Actividades e vertida no Orçamento.

Queria chamar a atenção à minha colega de Assembleia Municipal, Dra. Odete, dizendo que a PMUGEST é hoje a união da PMU e da Pombal Viva e, portanto, é normal que haja um aumento do orçamento para o ano que vem. Há que pensar nisso.

Quanto ao apoio às Associações sem fins lucrativos, eu penso que as IPSS's são Associações sem fins lucrativos e estão incluídas na mesma rubrica. Se a Senhora não quer a Unidade de Cuidados Continuados com o apoio da Câmara, então acho bem que faça essa crítica.

Eu queria dizer que o mesmo que disse para o Orçamento é o que digo relativamente ao Plano de Actividades.

O sentido natural do meu voto será favorável, tal como o da nossa Bancada.”

Pedro Brilhante, cuja intervenção se segue:

“Gostaria de fazer duas pequenas apreciações a dois colegas do Partido Socialista, aqui presentes.

A primeira vai em forma de agradecimento ao Deputado Fernando Carolino por me ter promovido, ainda há pouco, a Presidente da JSD de Pombal, não é verdade, sou Vice-Presidente da Estrutura, a Presidente está aqui, é a Andreia Marques, também sua colega nesta Assembleia.

Dizer também que, durante as suas intervenções, não apresentou qualquer apontamento de ideias para Pombal e a única excepção que foi feita foi mesmo a da JSD, relativamente ao Parque Verde.

O segundo apontamento ia para o Deputado João Coelho e dizer apenas que estamos de acordo com o que faz falta para Pombal. É preciso mudar algumas coisas, mas é preciso mais do que, meramente, apontar o dedo, e é aí que nos distinguimos, no apontar de soluções.

Dito isto, é com enorme orgulho que hoje a JSD se vem congratular com algumas das intenções e investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano para os anos 2011 a 2014.

Ao folhearmos este documento, deparamo-nos com fortes apostas e algumas das antigas bandeiras defendidas pela JSD. Permitam-me que, de entre estas, destaque o investimento previsto, de um milhão de euros, para a construção de um Parque de Campismo afecto à Praia do Osso da Baleia, projecto que consideramos de grande valor estratégico para a reabilitação desta zona, bem como o investimento de um milhão e trezentos mil euros destinada à construção de uma tão desejada Casa da Juventude.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação a esta última, e porque é prática da JSD vir sempre a esta Assembleia defender as suas crenças propondo sempre, de forma construtiva, uma solução ou uma alternativa, sabemos que são realizadas pelo seu Executivo, Senhor Presidente, parcerias com vista à Regeneração Urbana da Cidade, aproveitando este facto e os investimentos que tal medida acarreta, a JSD considera que seria uma excelente oportunidade integrar nesta Regeneração o Projecto da Casa da Juventude, sugeríamos mais concretamente o Edifício Histórico e comumente conhecido como a Casa dos Varelas.

Sabendo do instrumento específico abrange três milhões de euros destinados à reabilitação desta zona específica, junto à Ponte de D. Maria, olhando ao facto de os proprietários estarem, efectivamente, interessados na venda do edifício e tendo em conta as evidencias no que toca à localização e à dimensão do próprio espaço, consideramos que esta seria a mais que perfeita localização para a instalação da tão aguardada Casa da Juventude. Especificando, este seria um espaço polivalente destinado a acolher, entre outras, as actividades das Associações Juvenis, contudo, este poderia ser também um espaço disponibilizado para o alojamento de baixo custo de jovens que visitem a Cidade de Pombal, conceito internacionalmente designado por Hostel, um espaço para ensaios destinado às inúmeras bandas de garagem do nosso Concelho, um bar concessionado com vista à rentabilização do espaço, podendo contar, ainda, com um espaço onde os jovens pudessem expor os seus talentos, os seus trabalhos.

Este é um projecto estratégico e fundamental para a realização da Juventude do nosso Concelho, mas, Senhor Presidente, se o que está efectivamente escrito nos agradou e merece da nossa parte os mais sinceros elogios, não podemos deixar de lamentar a ausência de uma referência específica no que toca à construção de um grande Parque Verde para a Cidade, defendido pela JSD na última Assembleia Municipal.

Posto isto, e apesar de já termos sido esclarecidos que nas Grandes Opções do Plano a verba destinada à requalificação das Margens do Arunca é, de grosso modo, direccionada para o Projecto Parque Verde, preocupa-nos, e é para nós um mau presságio, o facto de uma obra de tão elevada importância não ter um ponto específico neste Plano. O que pretendemos é que se assuma, claramente, que Pombal quer um Parque Verde.

Para percebermos melhor a importância desta questão deveríamos ter em conta e aprender com exemplos de outras Cidades, a título de exemplo, o Parque do Porto, claramente o maior Parque Verde do País. Em 1945 foi aprovada a planta de demarcação dos terrenos que iriam constituir o referido Parque da Cidade, mais tarde, em 1962, o Plano Director da Cidade do Porto considerou aquela zona da Cidade como espaço verde, tendo sido necessário, contudo, aguardar cerca de três décadas para que este Parque, viesse a constituir uma realidade.

É óbvio que o Porto é uma Cidade com uma escala muito maior que a de Pombal, no entanto, no caso da Mealhada, a reconversão de espaço florestal em espaço verde levou mais de 15 anos.

Senhor Presidente, queremos ou não um grande Parque Verde para a Cidade de Pombal? É ou não é importante a sua construção para o futuro da nossa Cidade, do Concelho, e para todos os que aqui habitam? Nós, na JSD, acreditamos que sim.

Termino, reafirmando o que tenho vindo a frisar, nas últimas Assembleias.

Senhor Presidente, conte com a JSD para propor soluções, conte com a JSD para ajudar a solucionar os problemas da juventude e do Concelho de Pombal, estamos hoje, na última Assembleia do ano, como estaremos na primeira do ano que se aproxima, ao lado da solução, colaborando e contribuindo sempre de forma construtiva para a continuidade da evolução do Concelho.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Leovigildo Fernandes, cuja intervenção se transcreve:

“A minha intervenção prende-se com o facto de agradecer a coragem ao Executivo Municipal, pelos projectos que estão preparados e que, felizmente, ao fim de uma série de candidaturas chumbadas, consegui que estas candidaturas fossem aprovadas, nomeadamente para o saneamento e para o turismo.

São obras extremamente importantes não só para a Freguesia do Carriço mas para todo o Concelho de Pombal.

Pombal está de parabéns por conseguir implantar o saneamento e avançar com obras de qualidade como aquelas a que já nos habituámos, por parte deste Executivo.”

Pedro Murtinho, que fez a intervenção abaixo:

“Bem sei que não podemos dissociar este ponto do anterior.

A minha opinião mantém-se, no entanto quero aqui fazer um reparo à Dra. Odete Alves.

A Bancada do Partido Socialista insiste em esgrimir argumentos sobre o seu voto contra, julgo que o PS em Pombal jamais irá votar um Orçamento favoravelmente, se não vota este, não vota a favor mais nenhum, de qualquer forma o reparo que tenho a fazer é o seguinte:

Este orçamento não se baseia apenas em Abastecimento de Água e Saneamento. Esse Orçamento tem, por exemplo, rubricas de pavilhões gimnodesportivos com a verba de 1,8 milhões de euros, regeneração urbana 8,5 milhões, rede viária com 7 milhões, educação com 8 milhões de euros.

A Dra. Odete Alves disse que apenas estava aqui, na rubrica, o Centro Escolar de S. Simão mas quero dizer-lhe que temos aqui com intenção deste Município, o Centro Escolar da Ilha, de Vermoil, de Santiago de Litém, de Almagreira, da Mata Mourisca, quero aqui lembrar assim a intenção deste Executivo de executar mais Centros Escolares em 2010/2011.”

Odete Alves, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Eu gostaria de dizer ao Deputado Pedro Murtinho que ele não ouviu tudo o que eu disse. Eu não disse que não havia mais nada além do Abastecimento de Água e do Saneamento, eu disse que essas foram as prioridades definidas pelo Executivo, e muito bem.

Há aqui uma série de intenções, não são só as que frisou, há muitas mais, mas não passam de intenções para 2011.”

João Coucelo, cuja intervenção se segue:

“Acho que é preciso esclarecer que o Plano tem que ter todas as intenções. Tem previsões que irão ser concretizadas no ano 2011 e tem intenções para que as obras, no caso de serem aprovadas as respectivas candidaturas, possam ser executadas.”

Colocadas as Grandes Opções do Plano a votação, foi este documento aprovado por maioria, com sete votos contra e uma abstenção.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Nesta altura **André Coelho**, pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Mais uma vez, e no seguimento da minha votação ao Orçamento, também aqui o meu voto contra é associado ao meu lamento por não se ter encontrado uma base de apoio mútua para as Grandes Opções que foram tomadas neste Plano.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Revisão - Estrutura e Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Pombal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição da Assembleia, para qualquer esclarecimento.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

Fernando Carolino, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Depois da leitura e análise da proposta que nos foi endereçada, eu gostaria de colocar três questões ao Senhor Presidente da Câmara.

Tem a ver com esta Equipa Multidisciplinar com base na mobilidade funcional, aquilo que eu pergunto é se é dentro do pessoal do próprio Quadro de Recursos Humanos da Câmara que esta Equipa Multidisciplinar vai funcionar ou vai ser criada ou se haverá situações extra Câmara.

A segunda questão que gostaria de colocar é se existe uma real necessidade de atingir até ao máximo o número de Chefias nestas orgânicas flexíveis num número máximo de unidades e se, eventualmente, em termos de custos, existe um aumento substancial ou se se vai manter o actual nível de remunerações que existe no momento no quadro da organização dos Serviços da Câmara Municipal de Pombal.”

Catarina Pascoal, cuja intervenção se segue:

“Só para fazer o enquadramento relativamente a esta reorganização dos Serviços Municipais. A reorganização vem na sequência do Decreto-Lei 305/2009 que obriga todos os Municípios à reorganização dos Serviços até 31 de Dezembro de 2010, portanto até à próxima sexta-feira.

Os objectivos principais que foram publicados ao nível deste Decreto-Lei prendem-se com o ter ganhos de eficácia e eficiência na acção do domínio do Município de Pombal, ter uma realização que seja capaz de prestar um melhor serviço ao munícipe, ter mais eficiência na aceitação de recursos humanos e financeiros, e uma maior simplificação dos circuitos internos.

Eu, analisei o documento que nos enviaram e concordo perfeitamente com o proposto. Os cinco Departamentos representam aquilo que são as necessidades do Município e estes quadros garantirão os objectivos da Lei.

Gostaria de fazer uma sugestão, saber, posteriormente, caso seja possível, o impacto desta reestruturação, como por exemplo as dificuldades que foram sentidas.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“As Equipas Multidisciplinares estão criadas mas não vão ser já preenchidas, quando o forem, será graças à mobilidade dos funcionários que integram os quadros da Câmara Municipal de Pombal.

Em relação às Chefias, os encargos são aqueles que a Lei definir, os lugares não são para preencher de imediato, vão-se ocupando conforme se justificar, mas têm que ser criados porque a Lei o exige.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com sete abstenções da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para o Ano Económico de 2011.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição da Assembleia, para qualquer esclarecimento.

Colocado este ponto a discussão, inscreveu-se **Fernando Carolino**, para colocar a seguinte questão:

“A certa altura, o texto que nos foi apresentado diz que o mapa incorpora um conjunto de postos de trabalho para além dos previstos e não ocupados no mapa de 2010.

A questão que eu coloco aqui é posterior a esta situação, porque tais postos não terão associado proporcional aumento do número de trabalhadores do serviço deste Município.

Senhor Presidente, há ou não há um aumento dos recursos e do custo com esses recursos humanos ao nível do mapa de pessoal para ano económico de 2011?”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu o seguinte:

“Estes quadros técnicos já estão todos a prestar serviços na Câmara, com contratos de prestação de serviços, mas temos que abrir procedimentos concursais para que eles sejam integrados nos lugares previstos.”

Colocado o Mapa de Pessoal para o Ano Económico de 2011 a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com oito abstenções.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da Estação de Tratamento de Água Potável para todo o Concelho de Pombal e Interligação dos Furos à Estação de Tratamento de Água – Declaração de Interesse Municipal para efeitos de Enquadramento do Regime Jurídico da REN.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que informou da necessidade da Declaração de Interesse Municipal, conforme deliberação de Câmara que se transcreve e que foi previamente distribuída por todos os membros da Assembleia:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Ponto 19.0 – Construção da Estação de Tratamento de Água Potável para todo o Concelho de Pombal e Interligação dos Furos à Estação de Tratamento de Água – Declaração de Interesse Municipal para efeitos de Enquadramento do Regime Jurídico da REN.

Foi presente à reunião a informação n.º 0122/DAS/10, da Divisão de Obras Particulares, cujo teor se transcreve:

“A Câmara Municipal de Pombal adjudicou à firma Hidrogeo – Consultores de Hidrogeologia e Ambiente, Lda., através do processo n.º 035/CPV/RAP/01 a elaboração do estudo hidrogeológico do aquífero da Mata do Urso, na área circunscrita ao concelho de Pombal. No referido estudo foi proposta a localização de captações para abastecimento público de água ao Concelho de Pombal.

Através do processo n.º 16/2002, foi adjudicado à firma Personda – Sociedade de Perfurações e Sondagens, S.A., a obra de Pesquisa e Captação de Água para a Mata do Urso (Execução de 2 Furos) e através do processo n.º 70/2004 foi adjudicado à firma Sondagens do Oeste, S.A., a obra Pesquisa e Captação de Água na Mata do Urso / Execução de 2 Furos. Mediante os resultados de ensaio de caudal realizados nas quatro captações, constatou-se que a produtividade era suficiente para abastecimento público de água a todo o concelho de Pombal para o horizonte de projecto de 40 anos.

Foi elaborado um procedimento, processo n.º 002/CPB/SAP/03 para a Selecção da Equipa Projectista para a Elaboração do Projecto Integrante de Abastecimento de Água às Redes do Concelho de Pombal a Partir dos Pontos de Entrega do Sistema do Baixo Mondego e/ou Captação da Mata do Urso, em que o adjudicatário foi a firma Ecoserviços – Gestão de Sistemas Ecológicos, Lda. No estudo prévio posteriormente apresentado, é preconizada a construção da Estação de Tratamento de Água (ETA), junto a uma captação existente (furo PSI).

Dada a localização das captações já executadas, (em Anexo) fica condicionado o local de implantação da ETA, tendo-se optado pela localização que se afigura mais favorável, considerando para o efeito os aspectos a seguir enunciados:

- 1. As quatro captações encontram-se executadas;*
- 2. A ETA deverá localizar-se próxima da origem, em que de acordo com o estudo prévio, o esquema de tratamento a adoptar deverá incluir a remoção de Ferro, com ajuste prévio do pH, seguindo-se a correcção da agressividade e posteriormente a desinfecção;*
- 3. O Município de Pombal já possui um terreno com uma área de 966 m² próximos (Furo PSI existente);*
- 4. Permite a construção de um único Posto de Transformação para alimentar a ETA e o Furo PSI;*
- 5. Implantação em área de declives nulos ou reduzidos;*
- 6. A integração da ETA no sistema de adução será o mais favorável de forma a reduzir os custos globais da obra.*
- 7. Implantação num terreno confinante com a Estrada Atlântica e como tal com excelentes acessibilidades*

Segundo os instrumentos de gestão territorial em vigor, Plano Director Municipal de Pombal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/95, de 4 de Dezembro, alterado pela



MUNICÍPIO DE POMBAL

Declaração n.º 375/1998, de 29 de Dezembro, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/01, de 19 de Julho, pela Declaração n.º 35/2003, de 28 de Janeiro e pelo Aviso n.º 6489/2008, de 5 de Março, o qual classifica aquela área como Espaço Mineiro.

A parcela de terreno está submetida ao regime de servidão da Reserva Ecológica Nacional (REN) – sistema biofísico Duna, de acordo com a carta da REN para o Concelho de Pombal, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/1996, de 9 de Maio.

Segundo o disposto na alínea d) do número II, do anexo II do Decreto de Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, o uso e a acção são incompatíveis aos objectivos de protecção ecológica e ambiental de prevenção e redução de risco naturais de áreas integradas em REN.

Relativamente ao enquadramento da acção no regime jurídico da REN (RJREN), verifica-se que a mesma tem enquadramento no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, o qual estabelece que: “nas áreas da REN podem ser realizadas as acções de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por Despacho conjunto do Governo responsável pelas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território e do membro do Governo competente em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na REN”.

Atendendo a que se trata da construção da Estação de Tratamento de Água potável para todo o Concelho de Pombal e interligação dos furos à Estação de Tratamento de Água, não sendo tecnicamente possível a sua realocação para áreas localizadas fora da REN, terá de ser desencadeado um procedimento relativo a acção de relevante interesse público de ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional, junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Tendo-se como finalidade a instrução do processo a remeter para aquela entidade, sugere-se que a Câmara delibere solicitar à Assembleia Municipal de Pombal, a Declaração de Interesse Municipal da construção da Estação de Tratamento de Água potável para todo o Concelho de Pombal e interligação dos furos à Estação de Tratamento de Água.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a presente deliberação à próxima sessão da Assembleia Municipal para efeitos de atribuição de declaração de interesse municipal com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

O Senhor Presidente da Assembleia pôs este assunto a discussão não se tendo verificado qualquer inscrição.

Colocado este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir a Declaração de Interesse Municipal à Construção da Estação de Tratamento de Água Potável para todo o Concelho de Pombal e Interligação dos Furos à Estação de Tratamento de Água.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Nesta altura pediu a palavra a Dra. **Odete Alves** para, em nome da sua Bancada, fazer os seguintes votos:

“Em nome da Bancada do Partido Socialista dizer que gostaríamos de deixar aqui s votos de um bom ano para todos os presentes e desejar que o próximo ano seja profícuo que seja melhor do que este foi que as próximas Assembleias Municipais, não obstante sejam concorridas e haja debate tenham também um pouco mais de tranquilidade nas intervenções, para que nos possamos respeitar a todos e dignificar este Órgão.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Terminados os assuntos da ordem de trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao público presente, tendo-se inscrito:

Emanuel Ferreira, residente no lugar do Outeiro do Louriçal, Freguesia do Louriçal, que usou da palavra como se segue:

“Nesta altura difícil em que vivemos, é bom assistir a esta tão digna Assembleia, mas a gestão, seja ela de uma Assembleia ou seja qual for, será no futuro, imperativamente, uma gestão feita de consensos.

Como disse alguém, nesta Assembleia, estamos num ponto de partida para um outro conceito e uma outra ordem de valores

Sendo o Concelho de Pombal dos mais ricos na sua solidez financeira, mandar fazer e pagar é bom ter isso presente, é bom ouvi-lo e poucos o podem dizer, no entanto queria dizer que no saneamento somos talvez dos Concelhos mais atrasados do País.

Quanto a isso proponho o seguinte: Que o saneamento seja cobrado por número de polícia, uma verba mínima mas dando a todos os munícipes a assistência devida no saneamento, porque temos que evitar o esvaziamento das fossas em área aberta e isso deve ser passível de coima e de intervenção autárquica, também a proliferação de furos indevidos em relação à quantidade de metragem que têm as áreas habitacionais.

Por último quero deixar uma palavra de agradecimento por todo este poder local, principalmente às Juntas e Freguesia que, no futuro, farão um serviço de sacerdócio, porque penso que não terão participações como deviam para execrar as suas obras.

Quero deixar também o desejo de um bom ano de 2011 a todos os presentes e agradecer o uso da palavra.”

Eliseu Ferreira Dias, na qualidade de Presidente da Comissão Concelhia do CDS/PP.

“A nossa presença aqui deve-se ao facto de termos vindo apresentar a nossa Concelhia do CDS/PP à Câmara, na passada 4.ª feira, e a convite do Senhor Presidente da Câmara estamos aqui, também, para nos apresentarmos a esta digna Assembleia Municipal.

Apenas desejar a todos um ano novo muito próspero, e felicitar a Mesa da Assembleia Municipal por ver uma Senhora e dizer-lhe, minha Senhora, que fica muito bem uma orquídea de nance estar ao pé de dois jarros.

Dizer ainda que o Mundo não é só dos velhos, os novos também têm que ocupar o seu lugar.”

Nesta altura o **Senhor Presidente da Câmara**, que deixou os seguintes votos:

“Desejo a todos um final de Festas Felizes e um Ano Novo cheio de realizações, com saúde, auto-estima e alegria de viver, mas com a noção que é bom que haja Partidos Políticos, que haja políticas sérias em Portugal, e que se deixem de fazer politiquices, porque o País precisa de todos.

Faço votos para que se arregacem as mangas para trabalhar de forma a darmos um melhor futuro aos nossos filhos.

Temos oito séculos de história em Pombal e espero que nós, a trabalhar, com a diferença de opinião, continuemos a contribuir para o seu enriquecimento.”

O **Senhor Presidente da Assembleia**, fez a última intervenção da sessão, dirigindo-se ao Plenário nos seguintes termos:

“Votos de um feliz ano de 2011, que seja pelo menos como este, e dizer o quanto foi para mim grato ter trabalhado convosco. Aprendi imenso.



MUNICÍPIO DE POMBAL

De também o quanto orgulhoso me sinto de pertencer a esta Assembleia, porque assisti a algumas ultimamente e que esta é das mais dignas e nos honra.

Continuem a fazer este trabalho com a dignidade habitual.

Ao Senhor Presidente da Câmara, agradecer estas novas instalações que servem para enriquecer o Município e deixar o pedido de descentralizar mais uma ou duas sessões no próximo ano.

Bom ano de 2011.”

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão eram vinte horas e trinta minutos, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: